



Bernardo Joffily

PEQUENA HISTÓRIA
DE UM SÉCULO
DA GRANDE
REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO



PEQUENA HISTÓRIA
DE UM SÉCULO
DA GRANDE
REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO

Bernardo Joffily

PEQUENA HISTÓRIA DE
UM SÉCULO DA GRANDE
REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO



São Paulo
2017

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Augusto Buonicore

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Gonzalez

ILUSTRAÇÕES DE ABERTURA DOS CAPÍTULOS
Mazé Leite & Fioravante Mancini

REVISÃO
Maria Lucília Ruy

SECRETARIA EDITORIAL
Zandra de Fátima Baptista

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Joffily, Bernardo
J64p Pequena história de um século da grande revolução de
outubro./ Bernardo Joffily.--1.ed.-- São Paulo : Fundação
Maurício Grabois; Anita Garibaldi,
92 p.

ISBN 978-85-7277-176-4

1. Revolução de Outubro. I. Título.

CDD 900

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição
São Paulo, 2017



Editora e Livraria Anita Ltda.
Rua Amaral Gurgel, 447, 3º andar, cj. 31
Vila Buarque – São Paulo – SP – CEP 01221-001
Tel.: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br
livraria@anitagaribaldi.com.br



Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja – Centro
São Paulo – SP – CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
www.grabois.org.br
fmg@grabois.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	10
1 – Crepúsculo da velha Rússia: capitalismo tardio, autocracia czarista, Partido Bolchevique, Revolução de 1905	11
2 – Grande Guerra, traição social-democrata, Revolução de Fevereiro, soviets	19
3 – A Terceira Revolução, “Paz, Pão e Terra”, combates, transformações, o lugar de Outubro na história	27
4 – A sobrevivência da URSS: Guerra Civil, NEP, “socialismo em um só país”, polêmica com Trotsky	35
5 – Economia planificada, planos quinquenais, coletivização agrícola, processos de Moscou	43
6 – A Grande Guerra Patriótica e a vitória sobre o nazi-fascismo	51
7 – Os anos de ouro da experiência soviética	59
8 – A grande cisão no movimento comunista	67
9 – Agonia e morte da experiência soviética	75
10 – O socialismo pós-soviético vai bem, obrigado	89

Apresentação

Os caminhos de uma Revolução

Por *Augusto C. Buonicore**

O ano de 2017 é muito importante para todas as correntes democráticas e revolucionárias que têm como horizonte o socialismo, pois nele comemoramos o centenário da Revolução Russa. Foi através dela que, pela primeira vez, os trabalhadores chegaram ao poder político e iniciaram a construção de uma sociedade nova sob a sua direção. Este acontecimento marcou todo um século e levou esperança a milhões de pessoas de todos os continentes que padeciam sob a dominação do capitalismo e do imperialismo. Abriu-se, então, uma nova etapa na luta pela emancipação das mulheres, negros e povos coloniais. E, também, foram criadas melhores condições para ampliação da democracia e dos direitos sociais no próprio mundo capitalista. Alguns autores afirmam mesmo que ela foi, ao lado da Primeira Grande Guerra Mundial, um dos marcos fundadores do século 20.

Sem dúvida, neste ano do centenário, a mídia burguesa buscará desconstruir a imagem daquela revolução, apresentando-a como algo negativo. Dirá que ela se reduziu à implantação de um regime totalitário assemelhado ao nazismo. Mesmo no campo da esquerda – especialmente entre os ex-comunistas –, haverá aqueles que procurarão renegar o conjunto

daquela obra, encarando-a apenas como um “planetário de erros” e mesmo de crimes. A autocrítica, sempre necessária, para alguns se transformou numa espécie de autoflagelo. Como disse o filósofo marxista italiano, Domenico Losurdo, “se autocrítica é o pressuposto da reconstrução da identidade comunista, a autofobia é sinônimo de capitulação e de renúncia de uma identidade autônoma (...). A classe dominante consolida seu domínio, privando as classes subalternas não apenas da perspectiva de futuro, mas também do seu próprio passado”. E conclui corretamente: “A memória histórica é, portanto, um dos terrenos fundamentais nos quais se desenvolve a luta ideológica de classe”.

O livro de Bernardo Joffily se enquadra perfeitamente dentro dessa perspectiva defendida, que poderia ser resumida na fórmula “defender o legado da Revolução Russa e seu papel progressista na história moderna”. O autor apresenta a trajetória da revolução desde os seus primórdios e trata do papel central nela desempenhado pelos bolcheviques. Apresenta as conquistas alcançadas pelo povo soviético, e também as consequências daquele movimento para os povos de todo o mundo. O balanço geral apresentado é fundamentalmente positivo, mas não tergiversa sobre os erros cometidos e as dificuldades encontradas. Apesar de ser panorâmica e didática, a obra



não perde a qualidade nem reduz a complexidade daquele processo. Assim, torna-se algo útil às jovens gerações de combatentes sociais que desejam conhecer mais e melhor sobre os acontecimentos ocorridos cem anos atrás na Rússia e as suas consequências para o século 20.

Do ponto de vista interno, a Revolução de Outubro representou uma estupenda mudança progressista. Em 1917 a Rússia czarista era um dos países mais atrasados da Europa. Cerca de 80% da sua população viviam no campo e estavam condenados à miséria e ao analfabetismo. Sob o socialismo, ela transformou-se num país moderno e socialmente avançado. Tornou-se em poucas décadas a segunda potência econômica mundial, rivalizando-se com o imperialismo estadunidense. Os problemas relativos ao desemprego, à fome e à miséria foram superados. Houve uma considerável diminuição da taxa de mortalidade e um aumento substancial da expectativa de vida das massas. Contribuíram para isso o planejamento econômico e a implantação de uma enorme rede de saúde e previdência pública. Ocorreu também uma verdadeira revolução no campo educacional, através da qual se conseguiu eliminar o analfabetismo e incorporar os setores populares (operários e camponeses) ao ensino técnico e superior numa escala jamais vista em qualquer outro país.

Os efeitos positivos não foram sentidos apenas na União Soviética. É Losurdo que nos lembra que as três grandes discriminações existentes ainda no início do século 20 caíram sob o impacto causado pela Revolução Russa. Eram elas: a discriminação de propriedade (censitária), racial e de gênero. O medo do comunismo, por exemplo, contribuiu para que os legisladores estadunidenses “apressassem” a aprovação da legislação dos direitos civis e políticos para os

negros. O historiador Eric Hobsbawm, por sua vez, afirmou que nem mesmo o Estado de Bem-Estar Social, implantado na Europa, teria sido possível sem a existência do fantasma de uma possível revolução socialista no Ocidente.

Nas primeiras décadas do século passado, a maioria dos países da África e da Ásia ainda era dominada por potências capitalistas ocidentais. Foi justamente o bolchevismo vitorioso que conclamou os povos coloniais e semicoloniais a lutarem por sua completa independência. A derrota dos exércitos da Alemanha nazista pela União Soviética abriu uma nova etapa na luta contra a opressão e a exploração. Ela representou a vitória da economia planejada sobre a economia de livre mercado; dos ideais como igualdade, fraternidade e democracia sobre os ideais racistas, sexistas, chauvinistas, colonialistas e belicistas. Após 1945, a URSS não estava mais isolada. Ao lado dela, formou-se um campo socialista integrado pelos países bálticos e do Leste Europeu. As revoluções nacional-libertadoras e socialistas passavam a ter uma retaguarda mais segura para poder avançar.

Contudo, a crise das primeiras experiências socialistas, marcada pela *débâcle* da URSS, criou uma situação bastante desfavorável para as forças socialistas e revolucionárias. A última década do século 20 presenciou a ofensiva em toda a linha do imperialismo, particularmente o estadunidense. Às portas do novo século, os ideólogos da “nova ordem mundial” advogavam o fim da história, o fim das ideologias, o fim da luta de classes e o fim das utopias sociais. Contudo, a história não para.

A intensificação da internacionalização econômica, sob a hegemonia do capital financeiro, que se denominou pomposamente de globalização, acarre-

tou um aumento sem precedentes da centralização da riqueza nas mãos de uns poucos magnatas e o crescimento, em escala geométrica, da miséria para a grande maioria da população do planeta, inclusive nos países capitalistas centrais. Aumentou a desigualdade entre os países ricos e a periferia do sistema. O mundo entrou no século 21 mais desigual e injusto. Não tardou para que este novo padrão de reprodução do capital – neoliberal – conhecesse crises cada vez maiores e de efeitos futuros incalculáveis. O elemento central desta crise foi o agigantamento, sem precedente, do capital especulativo que conduziu a uma redução dos investimentos na esfera produtiva e que teve como consequência direta a instauração de uma longa recessão mundial.

A crise do capitalismo conduz também a um complexo processo de degeneração ideológica com o crescimento de correntes de extrema-direita e de ideias fascistas, xenófobas, racistas, sexistas e homofóbicas. Mais do que nunca, é possível observar o caráter anticivilizacional do capitalismo na sua fase imperialista e a necessidade de retomada da luta pelo socialismo, tendo em vista as condições do século 21. Mas qualquer que seja o nosso programa para o futuro, precisaremos voltar os olhos para o passado se quisermos aprender com os nossos acertos e erros. Nesse sentido, conhecer a história da Revolução Russa e das experiências socialistas que a sucederam é de fundamental importância. O livro de Bernardo, nascido de uma parceria entre a Fundação Maurício Grabois e a Editora Anita Garibaldi, contribui muito para isso.

* **AUGUSTO BUONICORE** é historiador, presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois. E autor dos livros *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros*; *Meu verbo é lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas*; e *Linhas Vermelhas: marxismo e dilemas da revolução*. Todos publicados pela Fundação Maurício Grabois e Editora Anita Garibaldi

Qualquer que seja o nosso programa para o futuro, precisaremos voltar os olhos para o passado se quisermos aprender com os nossos acertos e erros. Nesse sentido, conhecer a história da Revolução Russa e das experiências socialistas que a sucederam é de fundamental importância.



“Esta primeira vitória não é ainda a vitória definitiva. [...] Como poderia um povo sozinho e atrasado conseguir vencer sem reveses e erros? Não receamos admitir os nossos erros e encará-los desapassionadamente para aprender a corrigi-los. Mas fatos são fatos. Nós começamos a obra. Pouco importa quando precisamente, em que prazo os proletários de qual nação a terminarão. Importa que se quebrou o gelo, que se abriu o caminho, que se indicou a via.”

VLADIMIR LÊNIN,
14 de outubro de 1921

Introdução

A medida que se aproxima o centenário da Revolução Russa de 1917 renova-se a polêmica. Já lá vai um quarto de século desde o colapso final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A extinta URSS espatifou-se em 13 Repúblicas independentes, às vezes dilaceradas por sua vez em guerras e secessões, como a Geórgia em 2000 e 2008, ou a Ucrânia em 2014-2015. Da pioneira experiência socialista soviética nada restou. No entanto, a controvérsia sobre a revolução e o socialismo soviéticos não dá sinais de arrefecer. Longe disso, até recrudescceu, com a grande crise mundial de 2008, onde o capitalismo, depois de triunfar na URSS, ostenta um grande ponto de interrogação diante de sua saúde e de sua expectativa de vida.

Esta série de uma dúzia de textos, concatenados, mas semi-independentes, procura contribuir com o debate invocando a contribuição da história – que não é uma contribuição qualquer. “Conhece-

mos apenas uma única ciência, a ciência da história” (em seus dois aspectos concatenados e inseparáveis, história da natureza e história dos homens), afirmavam Karl Marx e Friedrich Engels, na *Ideologia alemã* (1846). E o faziam não para menosprezar os demais ramos do saber científico, mas para frisar que todos os processos, da natureza e da sociedade, e igualmente os processos do conhecimento dos seres humanos sobre eles, são necessariamente históricos: só se deixam desvendar quando são encarados no seu incessante movimento, não como fotografias, mas como filmes.

Portanto, diante de todo o problema é sempre útil examiná-lo em seu movimento, discernir os processos de seu desenvolvimento. E com muito maior razão quando se trata de um tão complexo e controvertido como o da Revolução de 1917 e o da experiência socialista soviética. É o que faremos, sinteticamente, nesta *Pequena história* daquela que merece ser chamada a mãe de todas as revoluções.

1

CREPÚSCULO DA VELHA RÚSSIA: CAPITALISMO
TARDIO, AUTOCRACIA CZARISTA, PARTIDO
BOLCHEVIQUE, REVOLUÇÃO DE 1905



Na virada para o século 20, a Rússia era, nas palavras de Lênin, “um país incrivelmente, inusitadamente atrasado, miserável e semisselvagem, quatro vezes pior aparelhado de instrumentos modernos de produção que a Inglaterra, cinco vezes pior que a Alemanha e dez vezes pior que os Estados Unidos” (LÊNIN, t. XVI, p. 543, ed. russa). O regime de servidão fora abolido, apenas em 1861, mas, décadas mais tarde, a lei ainda permitia que o mujique (camponês russo) fosse açoitado. E cinco em cada seis habitantes do país viviam no campo.

O regime político era uma monarquia absoluta, ou autocracia: todo o poder se concentrava no czar Nicolau II (1868-1917), que se intitulava “Imperador e Autocrata de Todas as Rússias” e era apelidado de “o Sanguinário”. Embora o país fosse habitado por mais de uma centena de nacionalidades, as “outras raças”, não russas, eram oprimidas, humilhadas, proibidas até de ter livros, jornais e escolas em suas línguas maternas. A Rússia czarista era vista como a grande cidadela e a mais segura retaguarda de toda a reação europeia.

A oposição revolucionária corria por conta dos *narodniks*, ou populistas. Intelectuais urbanos, os *narodniks* idealizavam as comunidades dos mujiques como um germe do socialismo, e praticavam atentados terroristas (um deles, em 1881, matou o czar Alexandre II, avô de Nicolau II).

Fábricas como cogumelos

No entanto, aquele país imenso, “incrivelmente, inusitadamente atrasado”, estava em rápida transformação, com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Embora com grande atraso,

em relação às potências capitalistas tradicionais da Europa, Inglaterra, França, Holanda, ou mesmo à Alemanha, as fábricas brotavam como cogumelos depois da chuva, do mofo da velha Rússia.

Não eram poucas as grandes indústrias modernas. A metalúrgica Putilov, em São Petersburgo (a capital e maior centro industrial do império, 1,5 milhão de habitantes, rebatizada Petrogrado em 1914 e Leningrado em 1924-1991) chegou a 12 mil trabalhadores em 1900 e 36 mil em 1917. Cresciam assim as classes sociais típicas da modernidade capitalista: a burguesia e o proletariado. E as greves começaram a pipocar no país.

Com o capitalismo, também as ideias marxistas chegaram à Rússia (enquanto o próprio Marx, no fim da vida, começou a aprender russo para conhecer aquela realidade que o interessava vivamente). Em 1883 o jovem *ex-narodnik* Georgi Plekhanov (1856-1918), exilado na Suíça, fundou o grupo “Emancipação do Trabalho”, primeira organização marxista. Plekhanov é considerado o primeiro teórico marxista russo. Suas obras ajudaram a fundamentar a crítica às ideias e práticas *narodniks* e a lançar as bases de um pensamento marxista russo.

Nessa fase inicial, os círculos marxistas como o “Emancipação do Trabalho” se limitavam à propaganda e ao trabalho teórico-ideológico. Os laços com o movimento operário real eram precários, os métodos artesanais. A Okhrana (Okhranoye Otdeleniye), temida polícia política do czar, fazia estragos nos círculos. Embora em 1898 tivesse ocorrido o 1º Congresso do Partido Operário Social-democrata da Rússia (POS DR), o partido na prática ainda estava por ser fundado, não tinha programa, nem estatutos, nem direção única.



Lênin e a disputa bolcheviques x mencheviques

Em 1895, os cerca de 20 círculos de São Petersburgo se congregaram na “União de Luta Pela Emancipação da Classe Operária”. À sua frente, responsabilizando-se pelas publicações, destacou-se um jovem, recém-chegado de encontros com Plekhanov (em Genebra), com o veterano da Liga dos Comunistas Wilhelm Liebknecht (em Berlim) e o genro de Marx, Paul Lafarge (em Paris). Regressara com numerosas obras marxistas, num fundo falso da mala. Seu nome, Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924); mas o mundo iria conhecê-lo, e admirá-lo, ou odiá-lo, pelo pseudônimo que ele usaria no livro clandestino *Que fazer?* (1902): Lênin.

Que fazer? apresenta e fundamenta a teoria leninista de partido, enquanto destacamento de vanguarda organizado da classe operária. Seu alvo é o oportunismo no interior do movimento, em particular a variante “economicista”, que se punha a reboque da luta econômica dos trabalhadores, desprezando a luta política revolucionária. Faz também uma apaixonada defesa de “um jornal clandestino para toda a Rússia”, o recém-lançado *Iskra* (A Centelha), impresso na Alemanha e concebido para ser “não só um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo”. E toma partido, na luta interna que se iniciava no movimento marxista europeu, condenando a linha oportunista do alemão Eduard Bernstein [1850-1932], tido como o pai do revisionismo.

Uma divisão semelhante do POSDR, em um bloco leninista e outro oportunista, deu a tônica no 2º Congresso do Partido, em 1903, iniciado na Bélgica, mas concluído em Londres, por razões de segu-



A tropa dispara contra a multidão no *Domingo Sangrento* (reconstituição em filme soviético de 1925)

ПРАВДА

Logomarca do *Pravda*

rança. Foi aí que os leninistas ganharam o apelido de bolcheviques (majoritários), pois tinham a maioria dos 46 delegados. Seus adversários passaram a ser os mencheviques (minoritários).

Na verdade, porém, a correlação de forças era apertada e flutuante. No 2º Congresso, a ala bolchevique triunfou no debate do programa, mas perdeu a votação, disputada com fúria, sobre o artigo 1º do estatuto, que definia as condições para se tornar membro do partido (os bolcheviques insistiam que não bastava aderir ao Programa e ao Estatuto, era preciso participar em uma organização partidária). E meses depois, com Plekhanov afastando-se de Lênin, os bolcheviques perderam a maioria no Comitê Central. Ao 3º Congresso (Londres, 1905) os mencheviques se recusaram a comparecer. No 4º Congresso (Estocolmo, 1906) eles tiveram maioria, embora escassa. Já no 5º Congresso os bolcheviques foram majoritários.

A Revolução de 1905

Enquanto isso o czar, com a matança do “Domíngio Sangrento”, acendeu o rastilho da Revolução de 1905. Na manhã de 9 de janeiro (pelo calendário ortodoxo; 22 pelo calendário gregoriano, só adotado depois da Revolução de 1917), uma pacífica procissão de 140 mil operários de São Petersburgo, carregando imagens religiosas e retratos do “paizinho” Nicolau II, e liderada pelo padre Gapone, um agente da Okhrana, foi metralhada pela guarda do Palácio de Inverno do czar. O número de mortos é incerto, mas supera um milhar. No mesmo dia, ao anoitecer, começaram as primeiras barricadas nos bairros operários.

A Revolução desencadeou uma “luta grevista sem precedentes no mundo inteiro por sua amplitu-

de e dureza” (LÊNIN). Só em janeiro foram 440 mil grevistas, mais que nos dez anos anteriores. Na cidade industrial de Lodz (a Polônia pertencia ao Império czarista), uma greve geral em junho desembocou em três dias de confronto armado com a tropa. De maio a agosto, durante uma tenaz greve geral, os operários de Ivanovo-Vosnesensk, sob direção bolchevique, criaram um soviete (conselho) – talvez o primeiro deles.

Os camponeses também se insurgiram, exotavam os latifundiários e confiscavam seus depósitos de cereais. E em junho a revolução chegou à tropa: rebelaram-se os marinheiros do couraçado Potemkin – o mais moderno da marinha de guerra russa na época –, fundeado no porto de Odessa, uma cidade do Mar Negro em plena greve geral e agitação revolucionária. Em 1925 o episódio inspiraria Serguei Eisenstein numa obra-prima do cinema de todos os tempos.

Para cada sublevação que a tropa esmagava, outras surgiam, num crescendo. Em outubro, um manifesto do czar acenou com um inédito arremedo de Parlamento, a Duma, sem poder legislativo. Os bolcheviques decidiram boicotar a Duma, logo varrida pela maré revolucionária. No mesmo mês, formavam-se os sovietes de São Petersburgo e Moscou, o primeiro sob direção menchevique, o segundo bolchevique. Em novembro, Lênin deixou o exílio em Genebra e entrou clandestinamente na Rússia para participar pessoalmente dos acontecimentos.

A Revolução chegou ao auge em dezembro, com a insurreição armada em Moscou, greve geral e barricadas. Foi esmagada a ferro e fogo, depois de uma resistência tenaz, como na barricada de Krasnaia Presnia, reduzida a escombros. Depois dessa derrota a sublevação declinou, gradualmente, até



1907. Mas forneceu um rico aprendizado aos operários e camponeses, a começar pelo instrumento de poder, os soviets, criados no calor das jornadas revolucionárias; 1905 serviu de ensaio geral para as revoluções vitoriosas de fevereiro e outubro de 1917.

A resistência à Reação Stolypiniana

Seguiram-se, de 1907 a 1910, alguns anos de descenso do movimento, a fase da chamada Reação Stolypiniana. O nome vem de Piotr Arkadyevich Stolypin (1862-1911), primeiro-ministro czarista de 1906 até a morte, cinco anos depois, abatido a tiros num obscuro atentado, diante de toda a família real, durante uma exibição na Ópera de Kiev.

Sob Stolypin, o regime se vingou com fúria dos revolucionários. Milhares foram condenados à força, a qual ganhou o apelido de “gravata *stolypiniana*”. Outros revolucionários foram presos ou desterrados na Sibéria. Nas fábricas, a jornada de trabalho se alongou e os salários se reduziram. Foi o apogeu do movimento ultradireitista dos Cem-Negros (ou Centúrias Negras), dos *progroms* contra os judeus: nas palavras de Lênin, um tempo de “desânimo, desmoralização, cisões, dispersão, deserções, pornografia em vez de política”.

Ao mesmo tempo, Stolypin baixou uma lei agrária desagregando as antigas comunidades rurais. Com ela processou-se uma diferenciação na massa de mujiques. Uma minoria de camponeses ricos, chamados *kulaks*, acumulou terras e utensílios explorando o trabalho alheio. Na extremidade oposta, mais de um milhão de camponeses se arruinaram e perderam as terras.

Os bolcheviques mudaram sua tática para responder à situação de reação e descenso, recuando



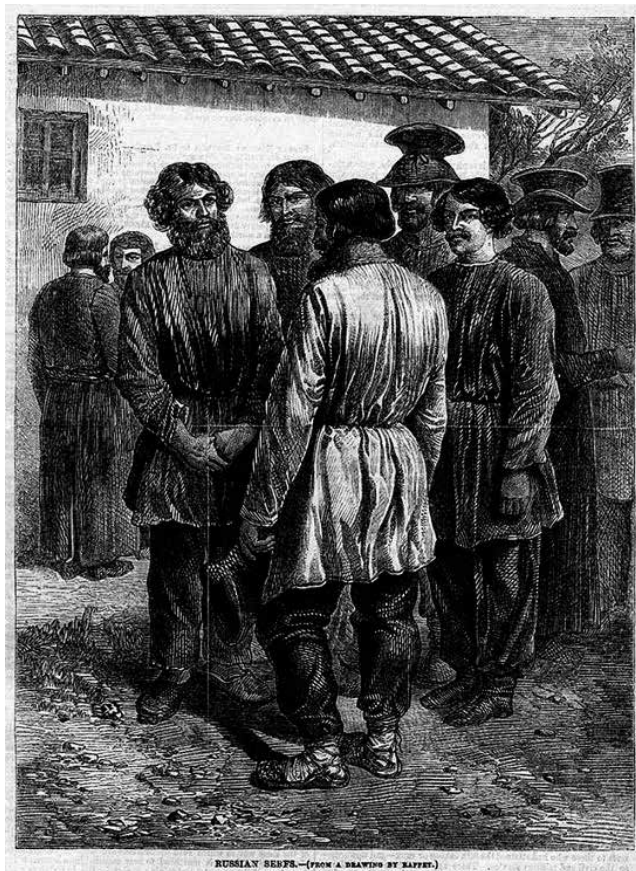
Revolucionárias a caminho do desterro na Sibéria

ordenadamente. Lênin teve de retornar ao exílio. Nessa fase, o Partido aproveitava minuciosamente qualquer chance de trabalho legal, fosse ela uma caixa de socorro mútuo ou um congresso contra o alcoolismo. No lugar de boicotar a Duma, passou a empregá-la como tribuna, elegendo a maior parte dos deputados dos distritos operários.

Novo ascenso, o papel do Pravda

Após 1910, a fase de reação pouco a pouco deu lugar a um novo ascenso. Em abril de 1912, a polícia abriu fogo contra grevistas da mina de ouro do Rio Lena, na Sibéria, de capital inglês. A metralha deixou por terra mais de 500 operários mortos ou feridos. O Massacre do Lena gerou uma onda de indignação e solidariedade por todo o país – 400 mil trabalhadores participaram nas greves de 1º de Maio daquele ano. A partir daí o ascenso ganhou impulso. Uma frase do ministro do Interior de Stolypin, Alexander Alexandrovitch Makarov, quando questionado na Duma sobre a matança, tornou-se um símbolo da empáfia, mas também da miopia, da autocracia czarista: “Assim foi e assim será”.

No mesmo mês da chacina do Lena, saiu em São Petersburgo o primeiro exemplar do *Pravda* (A Verdade), o diário operário de massas dos bolcheviques. Com quatro páginas, custava apenas dois kopeks (centavos de rublo). Cada edição vinha repleta de denúncias e de correspondências dos operários, enquanto uma seção chamava-se “A vida do camponês”. O *Pravda* circulava legalmente; para driblar a censura, usava alusões e indiretas, como por exemplo quando se referia às “reivindicações do ano de 1905”. Quando o governo o proibia, o que ocorreu oito vezes em três anos, ressurgia com outro nome

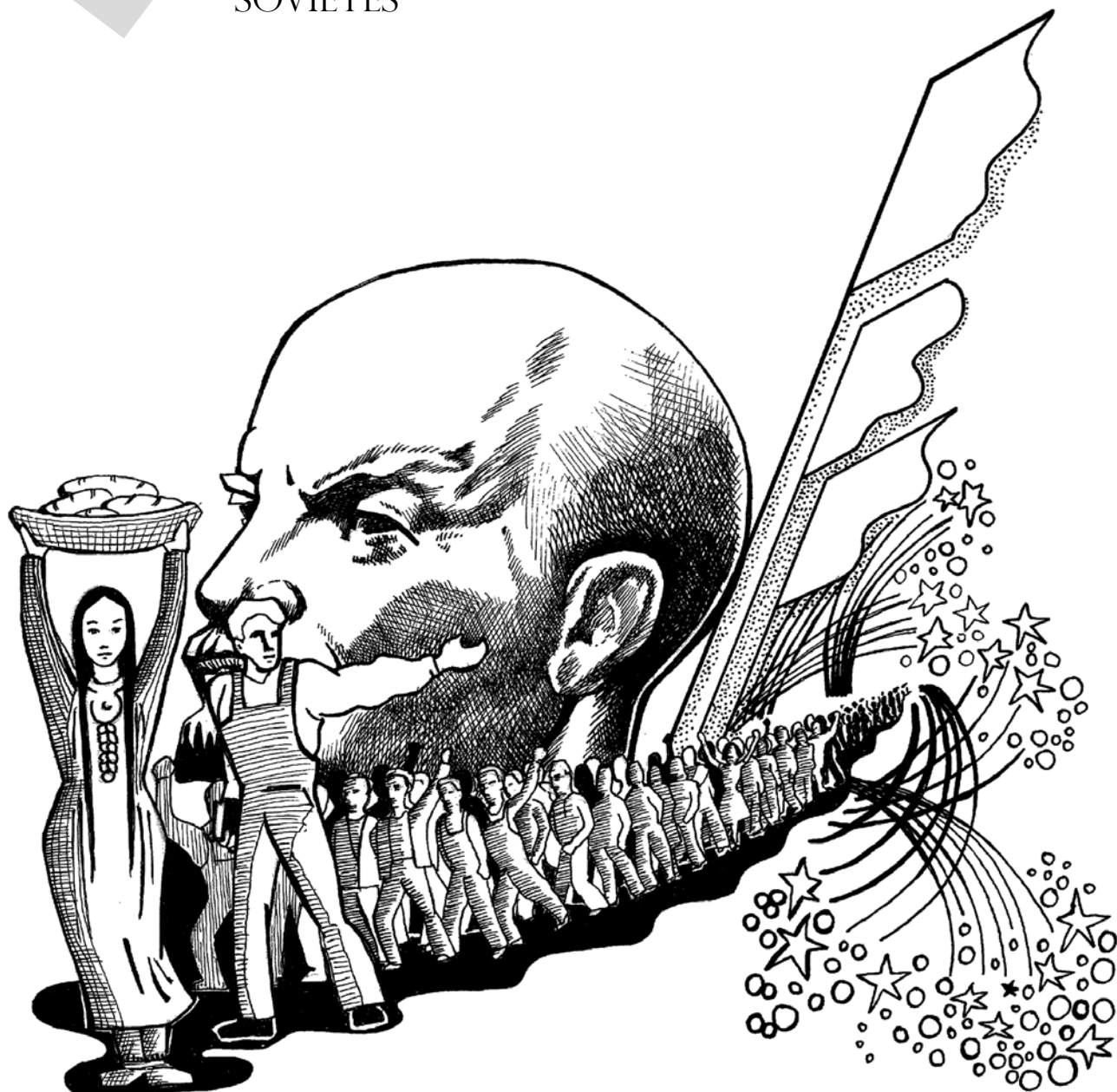


Mujiques da Rússia imperial em gravura do século 19

– *Pela Pravda, O Caminho da Pravda, Pravda do Trabalhador*. O jornal fez enorme sucesso: coletas nas fábricas ajudavam a sustentá-lo; os membros do partido eram chamados de “pravdistas”. Na avaliação de Stálin, “o *Pravda* de 1912 lançou as bases do triunfo do bolchevismo em 1917”.

Pouco antes do lançamento do *Pravda*, em janeiro, uma conferência do POSDR em Praga consumou a cisão bolcheviques-mencheviques. Na prática, havia quase uma década as duas alas já atuavam como partidos distintos, e hostis. Mas a Conferência expulsou formalmente os mencheviques (embora, na base das províncias mais distantes, alguma confusão tenha perdurado até 1917). “Conseguimos finalmente, apesar da canalha liquidacionista, reconstituir o Partido e seu Comitê Central. Espero que você festeje junto conosco” (LÊNIN, t. XXXIX, p. 19, ed. russa).

Ao levar às últimas consequências a separação entre sua ala esquerda, revolucionária, e a ala direita, reformista, o partido marxista russo adiantou-se alguns anos em relação a seus pares do resto da Europa e do mundo. Logo adiante, a Grande Guerra, a imensa crise que ela abriu no movimento socialista e a situação revolucionária que criou, iriam espalhar pelo planeta essa diferenciação. E não por acaso foi precisamente na Rússia, onde ela aconteceu precocemente, que a situação revolucionária desaguou na revolução e na vitória.



A Grande Guerra de 1914-1918 (só mais tarde batizada de Primeira Guerra Mundial) envolveu 60 milhões de soldados, dos quais 14 milhões russos. Esmerou-se em inovações mortíferas da indústria bélica – a aviação de combate, os tanques e, claro, as armas químicas, artefatos de destruição em massa banidos como crimes de guerra pelo Protocolo de Genebra (1925). Seus horrores inspiraram o romance-testemunho-denúncia *Nada de novo na front*, do ex-combatente alemão Erich Maria Remarque (1898-1970) – que em 1933 teria seus livros queimados pelo Terceiro Reich.

A carnificina custou perto de 10 milhões de vidas – um terço delas no Império Russo. E foi a responsável direta pelas duas revoluções russas de 1917, a de Fevereiro e a de Outubro.

Entre as baixas fatais da Grande Guerra está a Internacional Operária (ou Internacional Socialista, ou Segunda Internacional). A associação operária marxista fora fundada no Congresso de Paris, em 1889, por delegados de vinte países, numa iniciativa de Friedrich Engels. Morreu em 1916, trucidada ingloriamente nas trincheiras.

Esplendor e miséria da Segunda Internacional

A Segunda Internacional fora o berço dos partidos operários de massas e, em grande medida, formatara o paradigma dos partidos políticos da modernidade. Forjara marcos de dimensões históricas como o 1º de Maio – como Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora – e do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Fincara na arena política do planeta a bandeira vermelha da classe trabalhadora e do marxismo (já que a Primeira Internacional, li-

derada por Karl Marx em 1864-1872, não passara de um ensaio pioneiro).

Mas a Internacional Socialista fora se deixando acomodar pelo período de paz e normalidade institucional em que vivia e progredia. Desde a Guerra Franco-Alemã de 1870 (que aliás servira de estopim à Comuna de Paris) a Europa não conhecia conflitos bélicos, confinados na periferia colonial e semicolonial. O capitalismo vivia uma fase de orgulhosa expansão, e com ele crescia a classe operária. As eleições se sucediam ordeiramente e a cada uma delas subia a votação nos partidos operários social-democratas filiados à Internacional.

Nessa quadra relativamente pacífica, fora prosperando também o oportunismo nas filas marxistas. Entrara em cena o revisionismo – tendência a renegar a essência revolucionária do marxismo, mantendo-o apenas formalmente. A revolução ia se esvanecendo como uma piedosa utopia, ou o resultado de uma paulatina marcha de eleição em eleição. O social-democrata alemão Eduard Bernstein (1850-1932), fundador do “socialismo evolucionista” e decano dos revisionistas, pregava que “o movimento é tudo, o objetivo final, nada”.

Bancarrota da Segunda Internacional

Com seu paroxismo de horrores, infâmia, coíça, e hipocrisia, a Grande Guerra trocou a fase de desenvolvimento pacífico por outra, adversa para as crenças gradualistas. Abria-se uma crise revolucionária. Soava a hora da verdade para a consistência revolucionária dos social-democratas.

A guerra não foi algo inesperado. Havia anos seu odor empestava o ambiente. E era público o compromisso antibelicista da Segunda Internacional. Já



Combatentes que vão e que voltam do front na Guerra dos Balcãs, que a Internacional julgava um crime

em 1910, uma resolução do seu Congresso de Copenhague obrigava os socialistas a votarem nos parlamentos contra os créditos de guerra. No Congresso da Basileia, durante a guerra dos Balcãs (1912, um prenúncio da conflagração mundial), a Internacional proclamou que os operários de todos os países consideravam um crime atirar uns contra os outros para aumentar os lucros dos capitalistas.

Mas quando o conflito mundial eclodiu, os social-democratas em sua grande maioria esqueceram o compromisso internacionalista. Com muito raras e honrosas exceções, mais do que depressa votaram os créditos de guerra e se juntaram à “sua” burguesia no esforço bélico.

Essa atitude foi um golpe de morte na Segunda Internacional. Para começar, ela quebrava a espinha da unidade dos partidos filiados, que passaram exatamente a atirar uns contra os outros, pela “causa” das “pátrias” da Tríplice Entente (Inglaterra, França, Rússia) ou dos Impérios Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia). Além disso, ela contradizia princípios solenemente proclamados e gerou na associação uma barafunda de contradições.

Uma ala direita aderiu abertamente ao “social-chauvinismo” (o termo deriva de Nicolas Chauvin, figura lendária na França do século 19, símbolo burlesco de um ultranacionalismo cego e xenóforo); outra, inclusive Karl Kautsky (1854-1938), líder da poderosa cidadela social-democrata alemã, tentou equilibrar-se numa posição centrista; não votou nos créditos de guerra, nem contra, preferindo a abstenção.

A atitude dos bolcheviques: “Guerra à guerra”!

Os bolcheviques russos foram a principal exceção (junto com os deputados socialistas da Sérvia, os búlgaros “estreitos”, opostos aos “amplos”, e um único deputado da numerosa bancada social-democrata alemã, Karl Liebknecht [1871-1919]), combatendo com firmeza a guerra que acusavam de imperialista de rapina. No início, não foi fácil: a histeria “patriótica” embriagou parte da classe trabalhadora, que nos primeiros dias, participou de manifestações pela guerra. Agitadores que o Partido enviou ao front, para denunciar a guerra, chegaram a ser linchados por massas de soldados que viam neles traidores a soldo dos “bárbaros prussianos”.

Mesmo assim o Partido Bolchevique empunhou sem vacilações a bandeira da luta contra a guerra. Ele lançou as palavras de ordem de “transformar a guerra imperialista em guerra civil” e “pela derrota do próprio governo na guerra imperialista”. Sua bancada na Duma (Parlamento) se opôs aos créditos de guerra e por isso foi deportada para a Sibéria. O Partido organizou o boicote operário aos “Comitês da Indústria de Guerra”, pregou a confraternização entre os combatentes das trincheiras e criou células

bolcheviques entre soldados e marinheiros, inclusive no poderoso complexo fortificado de Kronstadt que guarnecia Petrogrado.

Lênin desenvolveu do exílio gigantesco trabalho para fundamentar a linha bolchevique. Datam dessa época obras como *A bancarrota da Segunda Internacional*, *O socialismo e a guerra* e *O imperialismo, fase suprema do capitalismo*. Esta última, em especial, desvenda os mecanismos econômicos que engendraram a guerra, com a passagem do sistema burguês ao estágio dos grandes monopólios financeiros em luta pela partilha do mundo.

A Revolução de Fevereiro derruba o czarismo

O ardor patrioteiro arrefeceu em todos os países à medida que a guerra exibia seus horrores e sua real natureza. Na Rússia a desilusão foi especialmente forte, devido ao trabalho bolchevique, mas também às sucessivas derrotas militares do czarismo frente à Alemanha, que ocupou a Polônia e parte do Báltico. Enquanto os bens de consumo escasseavam, até na capital e em Moscou, a família imperial permanecia sob influência do sinistro monge Grigori Rasputin (1869-1916); o ministro da Guerra Vladimir Sukhomlinov era preso por espionagem pró-alemã; e a burguesia conspirava para substituir o czar por seu irmão caçula Miguel Romanov.

A ebulição revolucionária retornou, tal como em 1905, mas com três marcantes diferenças. Os bolcheviques já contavam com um partido próprio, livres da incômoda coabitação com os mencheviques. O czarismo fora isolado, encurralado, desmoralizado. E não era só a Rússia que se convulsionava, a guerra derrubaria igualmente os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano.



Soldados russos festejam a Revolução de Fevereiro, crendo que escapariam em breve da guerra



Lênin desembarca na Estação Finlândia de Petrogrado e discursa à multidão: "Viva a Revolução Socialista!"

O ano de 1917 começou com uma greve de um terço dos operários de Moscou. Em 18 de fevereiro cruzaram os braços os operários da colossal usina Putilov, em Petrogrado. Dia 23 (8 de março no calendário gregoriano), as operárias da capital, sob liderança bolchevique, saíram à rua contra a fome, a guerra e o czarismo, e com apoio de uma greve na cidade. A greve geral foi ganhando contornos de insurreição, operários tomavam para si as armas da polícia. No dia 25 uma Companhia militar em Pavlovsk abriu fogo, não contra os grevistas mas para defendê-los da cavalaria que os atacava.

No dia 27 os soldados sublevados saltaram de 10 mil para 60 mil. Os presos políticos foram libertados, generais e ministros czaristas presos. A revolução dominou por completo Petrogrado. Uma multidão invadiu a sede da Duma; à tarde, uma assembleia criou o Soviete de Operários e Soldados. O czar tentou fugir da capital, mas seu trem foi forçado a retroceder; ele abdicou e a seguir foi preso.

A dualidade de poderes

A Revolução de Fevereiro foi fulminante rapidez e pouco cruenta, mas criou uma situação dúbia e instável. Havia uma dualidade de poderes, um original e confuso entrelaçamento. De um lado, estava o Governo Provisório, poder da burguesia e dos latifundiários aburguesados, encabeçado pelo príncipe George Lvov (1861-1925) e, após julho, pelo deputado social-revolucionário de direita Alexander Kerensky (1881-1970). Do lado oposto estavam os Sovietes de Operários e Soldados, que se propagaram por todo o país e eram ao mesmo tempo um instrumento da revolução e um órgão de poder, uma ditadura do proletariado e dos camponeses.



Passeata bolchevique de julho de 1917; a faixa diz: "Abaixo os ministros do capitalismo. Todo poder aos soviets"



Emblema usado pelos seguidores do general Kornilov

Essa oposição, por sua vez, também continha dúvidas. O Soviete de Petrogrado avaliou o Governo Provisório, pois no início era dominado por social-revolucionários e mencheviques – os bolcheviques tinham apenas dois de seus 14 dirigentes. O bolchevismo também era minoritário no Soviete de Moscou, prevalecendo apenas em uma ou outra cidade menor, como Ivanovo-Vosnessensk e Krasnoïarsk. O Partido Bolchevique era ainda um partido de quadros, com 40 mil a 45 mil membros.

A Revolução desbaratou o aparato repressivo czarista e garantiu, pela primeira vez na Rússia, ampla liberdade de imprensa, reunião, manifestação e organização. Em cinco dias, o Pravda voltou a circular. Os perseguidos pela autocracia voltaram a Petersburgo e à ação política aberta. Josef Stálin (1879-1953), Jakob Sverdlov (1885-1919) e Lev Kamenev (1883-1936) deixaram o degredo na Sibéria, Leon Trotsky (1879-1940) e Nicolai Bukharin (1888-1938), o exílio em Nova Iorque. Lênin, e vinte outros exilados russos na Suíça, após complicadas negociações com Berlim, regressaram no “trem blindado” alemão, com um único vagão e status extraterritorial – o que valeu-lhe não poucas acusações de “agente do kaiser”.

“Teses de Abril”: “Cinzenta é a teoria, meu amigo”...

O “trem blindado” chegou na Estação Finlândia de Petrogrado quase meia noite de 3 (15) de abril, mas milhares de operários e soldados o esperavam. Falando de cima de um carro blindado, Lênin fez seu primeiro discurso após o longo exílio. E surpreendeu a todos ao terminar com um “Viva a revolução socialista!”.

Até ali era consenso que a revolução na Rússia tinha caráter não socialista, mas democrático-burguês, visando ao fim da autocracia, à república, à entrega da terra aos camponeses, à jornada de oito horas. Lênin argumentou que a Revolução de Fevereiro já cumprira essa etapa, ainda que de modo precário e incompleto. Tratava-se agora de seguir adiante, com os operários e camponeses pobres, por uma república dos Sovietes.

Ele desenvolveu a ideia nas famosas *Teses de abril*, escritas ainda no trem e apresentadas horas após chegada. “A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na passagem da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por falta ao proletariado o necessário grau de consciência e organização, à sua segunda etapa, que colocará o poder nas mãos do proletariado e dos camponeses mais pobres”, diz o texto. E contestou os que se apegavam à visão anterior com versos do *Fausto* de Goethe (1808): “Cinzenta é a teoria, meu amigo, mas eternamente verde a árvore da vida”.

As *Teses* analisam a dualidade de poderes. Rejeitam “qualquer apoio ao Governo Provisório”. Mas não pregam sua derrubada imediata, e sim um trabalho “paciente, sistemático, tenaz”, “enquanto estivermos em minoria”. E lançam já a célebre palavra de ordem “Todo poder aos Sovietes!”. Propõem ainda a mudança do nome do Partido, de Bolchevique para Comunista, e a fundação de uma nova Internacional, comunista.

As massas aderem às palavras de ordem bolcheviques

Nessa linha, o Partido lançou-se à conquista da maioria nos Sovietes, nos sindicatos e comissões



de fábrica. O Governo Provisório, uma coalizão de partidos burgueses com os social-revolucionários e mencheviques, não se atrevia a efetivar as transformações exigidas pela Revolução. Em vez de tirar a Rússia da guerra, lançou em 18 de junho (1º de julho) nova ofensiva militar, que terminou em novo fracasso. Nesse mesmo dia, 400 mil trabalhadores marchavam em Petersburgo sob as palavras de ordem bolcheviques, “Abaixo a guerra!”, “Abaixo os 10 ministros capitalistas!” e “Todo Poder aos Sovietes!”.

Em julho o governo desferiu uma ofensiva repressiva. Lênin chegou a ter decretada sua prisão por “alta traição”; teve que cair em rigorosa clandestinidade, oculto numa choça na Finlândia (na época parte da Rússia). Ali escreveu o livro *O Estado e a revolução* – apaixonada e meticulosa defesa do conceito marxista da ditadura do proletariado, “cem vezes mais democrática que a mais democrática democracia burguesa”, com base nas lições da Comuna de Paris e renunciando a república soviética em gestação.

Em julho agosto reuniu-se o 6º Congresso do Partido Bolchevique – na clandestinidade e sem Lênin, por razões de segurança. Os filiados já somavam 240 mil. A influência de massas crescia. Na avaliação do informe político, apresentado por Stálin, “o período pacífico da revolução terminou; começou o período não pacífico, um período de choques e explosões”. O 6º Congresso admitiu o pedido de ingresso no Partido de Trotsky e do pequeno grupo independente onde ele se abrigara, os Mejaiontsi, um e outro oriundos de uma posição centrista na polêmica bolcheviques x mencheviques.

Fracassa a Kornilovada, bolchevismo conquista os Sovietes

Em 25 de agosto sobreveio a Kornilovada: o general cossaco Lavr Kornilov (1870-1918), recém-promovido por Kerensky a comandante-em-chefe do exército russo, marchou sobre a capital com os cavaleiros da “Divisão Selvagem”, decidido a “acabar com os Sovietes” e “salvar a pátria” com uma ditadura militar. Era também um ultimato ao Governo Provisório, que, após muitos titubeios, buscou apoio dos bolcheviques.

Os bolcheviques chamaram à resistência armada. Em poucos dias, multiplicaram-se os efetivos da Guarda Vermelha, milícia operária ativa desde Fevereiro. Unidades revolucionárias do Exército e da Marinha acorreram para defender a capital junto com os operários. Em cinco dias a Kornilovada chegou a um retumbante fracasso. Os soldados cossacos a abandonaram. Kornilov foi preso, com 7 mil cor-religionários, antes de disparar um só tiro. Os bolcheviques, triunfantes, deixaram a clandestinidade imposta em julho.

No dia seguinte ao fim da Kornilovada, o Soviete de Petrogrado passou-se para as posições bolcheviques. Seus dirigentes mencheviques e social-democratas abandonaram os postos e uma direção bolchevique presidida por Trotsky assumiu. Dias depois o Soviete de Moscou seguiu o mesmo caminho. Estava preparada a cena para o Outubro vermelho.

3

A TERCEIRA REVOLUÇÃO, “PAZ, PÃO E TERRA”,
COMBATES, TRANSFORMAÇÕES, O LUGAR DE
OUTUBRO NA HISTÓRIA



Ao assumir a direção dos poderosos Sovietes de Petrogrado e Moscou, e de um enxame de organizações soviéticas nas províncias, o Partido Bolchevique passou a preparar a tomada revolucionária do poder. A decisão, do Comitê Central do Partido, foi tomada em 28 de setembro (10 de outubro). “A maioria do povo está conosco”, avaliou Lênin, que deixou o refúgio clandestino na Finlândia para assumir o comando da ofensiva, e auscultava cada pulsar do estado de espírito das classes trabalhadoras. “A insurreição armada é inevitável e se acha plenamente madura”, concluía. Os bolcheviques tinham logrado traduzir todos os compêndios da teoria marxista e análises da realidade russa em três palavras que sintetizavam as aspirações mais sentidas das massas: “Paz, Pão e Terra”.

Últimos preparativos – “Dez dias que abalaram o mundo”

O Partido enviou dirigentes às províncias para preparar a insurreição. O Soviete de Petrogrado criou um “Comitê Militar Revolucionário”, destinado a cumprir o papel de Estado-Maior do levante.

A principal força revolucionária era a classe operária, concentrada em Petrogrado e Moscou, que rapidamente abandonava os mencheviques e se alinhava com os bolcheviques. Secundava-a uma massiva sublevação camponesa nas províncias. E a massa de soldados, da armada recrutada pelo czar para morrer nas trincheiras da Grande Guerra, também aderiu rapidamente à proposta bolchevique, inclusive o grosso da tropa acantonada em Petrogrado. Os Sovietes de Deputados Operários, Camponeses e Soldados eram a forma de organização revolucionária.

O QG bolchevique era o Instituto Smolny, antiga escola feminina para filhas da nobreza czarista, um elegante palácio neoclássico cercado por jardins, no centro histórico de Petrogrado, que a revolução convertera em sede do Comitê Central do Partido Bolchevique. Naqueles dias agitados, Lênin morou no Smolny.

O lado contrário também tratou de se preparar para o confronto que todos julgavam inelutável. A oficialidade do exército, desconfiada de que sua tropa estava infestada pelo bolchevismo, criou 43 unidades de combate formadas apenas por oficiais, por meio da “Liga dos Oficiais”. O governo provisório de Kerensky tirou tropas do front da guerra para reforçar suas posições na capital, enquanto examinava a conveniência de retirar-se para Moscou.

O centro nervoso da contrarrevolução ficava no Palácio de Inverno. O gigantesco edifício em estilo rococó, à margem do Rio Neva, possuía 1.500 aposentos e 117 escadas, tendo como anexo o imenso museu de arte do Hermitage, e no subsolo a maior e melhor adega de vinhos do mundo. Ainda no início do ano servia – há quase dois séculos – como residência oficial dos czares. Depois de Fevereiro, passara a ser usado como sede do Governo Provisório.

A todo momento, patrulhas da “Guarda Vermelha” revolucionária, ou da “Liga dos Oficiais” contrarrevolucionária, cruzavam as amplas avenidas de Petrogrado em automóveis. Esse ambiente febril é retratado com maestria em *Dez dias que abalaram o mundo* (1920), obra de uma testemunha ocular, o jornalista norte-americano John Reed (1887-1920), que se tornou um clássico do livro-reportagem: apaixonadamente engajado sem perder a ternura, realismo, argúcia e honestidade.



A tomada do Palácio de Inverno

Em 24 de outubro (6 de novembro), o diário bolchevique *Rabochi Put* (O Caminho Operário, que substituíra o *Pravda*, proibido pelas autoridades) estampou um chamamento à derrubada do Governo Provisório. Este enviou carros blindados à oficina do jornal, mas guardas vermelhos e soldados revolucionários os expulsaram. Durante a noite, outros destacamentos revolucionários reforçaram a guarda do Smolny, tomaram as estações ferroviárias, as centrais de correios e telégrafos, os ministérios e o Banco do Estado.

O papel de estopim oficial da Terceira Revolução – após a de 1905 e a de Fevereiro – coube à guarnição do Cruzador Aurora, um bastião bolchevique, sob controle de um comitê revolucionário e de um comandante eleito pela marujada, Aleksandr Belyshev, um operário têxtil convocado pela Marinha, 24 anos. Após deslocar-se pelo rio até defronte ao Palácio de Inverno, o Aurora fez, às 21h45 de 25 de outubro (7 de novembro), os disparos de seu canhão de proa (de 152 mm) contra o Palácio, assinalando simbolicamente o início da insurreição. Em seguida, operários, soldados e marinheiros de Kronstadt investiram contra o edifício por terra. Eisenstein reproduziu o ataque em outro filme clássico, *Outubro* (1927).

A Tomada do Palácio de Inverno encontrou certa resistência mas foi rápida: às 2h10 da madrugada seguinte, os revolucionários controlavam todo o prédio. Os ministros do Governo Provisório foram presos, enquanto Kerensky logrou fugir, vestido de freira, conforme uma versão que ele negou até a morte no exílio. Em Moscou os combates de rua se prolongaram por seis dias, de 28 de outubro a 2 de



Lênin em frente ao Instituto Smolny, em tela de Isaak Brodskyi (1884-1939)

novembro (10 a 15 de novembro). Até fevereiro a Revolução triunfou em toda a Rússia, ao custo de em torno de 2 mil mortes, entre militares e civis.

Muito já se escreveu, de ambos os lados, sobre as causas de uma vitória tão rápida e incruenta – em termos relativos – de uma transformação político-social das proporções históricas da Revolução de Outubro. A partir da obra de Lênin, pode-se destacar, entre outros motivos, que: 1) A Revolução enfrentou um adversário relativamente débil, a burguesia russa, recém-chegada ao poder após a derrubada do czar, mal organizada, economicamente frágil, inexperienced em política, covarde a ponto de não ousar diferenciar-se do czarismo em questões tão decisivas como a da guerra. 2) Teve à frente uma classe revolucionária como a classe operária da Rússia, temperada por duas revoluções anteriores e com prestígio entre o povo. 3) Possuiu um aliado de massas também com experiência revolucionária recente como o campesinato russo, os camponeses pobres e por fim também os médios, ansiosos por se libertarem do fardo da guerra. 4) Contou com a direção de uma organização como o Partido Bolchevique de Lênin, esmolado no combate ao oportunismo, consciente, disciplinado, fiel à revolução, mas também capaz de se fundir com as massas trabalhadoras, aplicando uma linha política justa, na estratégia e na tática.

As primeiras medidas revolucionárias da Rússia bolchevique

Ainda se combatia no Palácio de Inverno, na noite da Revolução, quando se abriu no Smolni o 2º Congresso dos Soviotes de Toda a Rússia. Os 390 delegados bolcheviques formavam uma confortável maioria (60% do total; no 1º Congresso, apenas qua-



Guardas vermelhos patrulham a Avenida Nevsky, artéria central de Petrogrado, às vésperas da Revolução



A Tomada do Palácio de Inverno, reconstituída pelo cineasta Eisenstein no filme *Outubro*

tro meses antes, a bancada bolchevique não passava de 13%). E ainda tinham como aliados os social-revolucionários de esquerda (cerca de 100 delegados), que também apoiaram a insurreição. Os mencheviques (72 delegados) e social-revolucionários de direita (cerca de 60 delegados) abandonaram o Salão da Assembleia do Smolni em protesto.

O 2º Congresso dos Sovietes aprovou o Decreto sobre a Paz, propondo um armistício imediato entre os países beligerantes. E o Decreto sobre a Terra, declarando “imediatamente abolida, sem nenhum gênero de indenização, a propriedade dos latifundiários sobre a terra”. No decisivo terreno da política, o Congresso consagrou a vitória da Revolução: assumiu “todo o poder” e indicou Lênin para chefiar o primeiro governo soviético.

Não era uma mera mudança governamental. Era um novo tipo de poder estatal que nascia, o Estado socialista soviético, sem precedentes na história, exceto a heroica, porém efêmera, experiência dos 72 dias da Comuna de Paris em 1871. Lênin o definia assim: “O regime soviético significa o máximo de democracia para os operários e os camponeses e, ao mesmo tempo, a ruptura com a democracia burguesa e o aparecimento de um novo tipo de democracia de importância histórica mundial: a democracia proletária ou ditadura do proletariado” (*O esquerdismo*).

Graças a esta natureza o recém-nascido Estado dos Sovietes varreu as teias de aranha medievais da velha Rússia com decisão, rapidez, audácia, amplitude e profundidade... e êxito. Os partidos que compunham o Governo Provisório – social-revolucionários, mencheviques e kadetes – em dez meses não haviam se atrevido sequer a abolir formalmente a monarquia czarista. O poder dos Sovietes em dez semanas proclamou a República, mudou a capital

para Moscou, extirpou até os menores restos da servidão feudal-latifundiária, garantiu a mais ampla liberdade e a plena igualdade de direitos para todas as nacionalidades do ex-império, assim como a igualdade de direitos para as mulheres – a Rússia revolucionária foi a primeira grande nação a estabelecer o voto feminino, precedida apenas por Nova Zelândia, Austrália e alguns dos países escandinavos.

Ao lado destas medidas, de caráter democrático-burguês, embora radical, o novo poder lançou as bases do novo sistema, socialista. Foram nacionalizados os bancos, as estradas de ferro, o comércio exterior, a marinha mercante e toda a grande indústria

A dissolução da Assembleia Constituinte

Em 6 (19) de janeiro de 1918 Lênin, enquanto chefe do governo soviético, ordenou a dissolução da Assembleia Constituinte de toda a Rússia, convocada pelo Governo Provisório. O Partido Bolchevique apoiara a convocação e participara da eleição dos deputados, considerando que esta teve extraordinário valor educativo para os trabalhadores.

No entanto, enquanto o processo eleitoral se atrasava e se arrastava, deu-se nada menos que a Revolução de Outubro. E, na visão bolchevique, uma república burguesa com Constituinte era preferível à mesma república sem Constituinte, mas que uma república operário-camponesa, soviética, seria melhor que qualquer república democrático-burguesa.

A eleição transcorreria fundamentalmente antes da Revolução. Nas urnas o Partido Bolchevique ainda figurava como a segunda força, embora com uma respeitável bancada de um quarto dos 703 deputados. A maior bancada era a dos social-revolucionários, que tinham pouco mais da metade das cadei-

ras – ainda que a eleição não refletisse a cisão entre SR de direita e SR de esquerda, estes últimos aliados dos bolcheviques e participantes da Revolução.

A Assembleia reuniu-se uma única vez, em 5 (18) de janeiro. Esta única sessão elegeu como seu presidente o líder social-revolucionário de direita Victor Chernov, vencendo a SR de esquerda Maria Spiridonova. E recusou-se a acatar as decisões do Congresso dos Sovietes sobre o novo poder nascido da Revolução, a paz e a terra. Ao se divorciar do poder soviético, a Constituinte condenava-se inapelavelmente à morte política. Dito e feito: Lênin dissolveu-a 13 horas após sua instalação.

A dissolução provocou uma onda de críticas sobre os supostos instintos antidemocráticos que norteariam os bolcheviques. O líder social-democrata alemão Karl Kautsky disparou contra ela no panfleto *A ditadura do proletariado*. Lênin contestou-o em *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (1919), numa apaixonada e indignada defesa da linha bolchevique à luz do marxismo revolucionário: “Kautsky adota na questão da Assembleia Constituinte um ponto de vista formal. Nas minhas teses disse claramente e repeti muitas vezes que os interesses da revolução estão acima dos direitos formais da Assembleia Constituinte. O ponto de vista democrático formal é precisamente o ponto de vista do democrata burguês, que não reconhece que os interesses do proletariado e da luta proletária de classe são superiores. Como historiador, Kautsky não poderia deixar de reconhecer que os parlamentos burgueses são órgãos duma ou doutra classe. Mas agora (para o sujo objetivo de renunciar à revolução), Kautsky precisou esquecer o marxismo, e Kautsky não coloca a questão de saber de que classe era órgão a Assembleia Constituinte na Rússia.”



O cruzador *Aurora*, iniciador da Revolução, fundeado no Rio Neva, em foto atual

A Paz de Brest-Litovsk

Nos primeiros dias de 1918, restava ainda por resolver a questão de tirar a Rússia da Grande Guerra. Não era um problema qualquer: era a pedra de toque, a questão de vida ou morte para milhões de camponeses, a promessa que decidira, em primeiro lugar, o povo russo em favor da Revolução.

Assim que assumiu, o governo soviético propôs “a todos os países beligerantes e seus governos entabular negociações imediatas para uma paz justa e democrática”, mas os “aliados”, Inglaterra e França, discordaram. A Rússia decidiu então negociar a paz em separado com a Alemanha e a Áustria. As negociações começaram a 3 de dezembro, na Fortaleza de Brest-Litovsk (nos arredores da cidade bielorrussa de Brest, na parte do ex-império russo ocupada pela Alemanha). Trotsky, comissário do povo (cargo equiparável ao de ministro) de Relações Exteriores, assumiu pouco depois a chefia da delegação soviética.

Em dois dias chegou-se a um cessar-fogo. As condições da Alemanha para fazer a paz definitiva, porém, eram duríssimas: incluíam a passagem da Polônia, da Ucrânia e dos Países Bálticos para a esfera germânica. Lênin, já em janeiro, defendia que fossem aceitas as imposições, ainda que bandidescas. Trotsky, porém, relutava e em 10 de fevereiro interrompeu as conversações. Dia 18 a Alemanha rompeu a trégua e arremeteu na direção de Petrogrado.

Os frangalhos do velho exército czarista logo se mostraram incapazes de conter o bem armado avanço alemão. No entanto, ao grito de “A Pátria Socialista em perigo!”, a Rússia revolucionária formou novas unidades militares, com voluntários, que conseguiram rechaçar a arremetida germânica em

Narva, a apenas 150 quilômetros de Petrogrado, a 23 de fevereiro. Esta data assinala o nascimento do Exército Vermelho, força armada regular do poder soviético, que substituiu a Guarda Vermelha.

No mesmo dia, porém, a posição de Lênin se impôs no Comitê Central Bolchevique – vencendo em um robusto debate a oposição de Bukharin e a relutância de Trotsky – e a Rússia anunciou que aceitava a proposta alemã. Em 3 de março foi assinado o Tratado de Brest-Litovsk. Três dias mais tarde o 7º Congresso do Partido Bolchevique – o primeiro após a tomada do poder – analisou a paz em separado.

Lênin nunca ocultou que aquela era “uma paz desgraçada” — como dizia o título de um artigo seu publicado no dia seguinte ao 7º Congresso. Era um altíssimo preço para honrar a promessa de tirar a Rússia da guerra. Porém Lênin defendia a “paz desgraçada” usando uma parábola como argumento: “Imagine que o automóvel em que você está é assaltado por bandidos armados. Você lhes dá o dinheiro, a carteira, o revólver e o carro; mas, em troca, escapa. Trata-se, evidentemente, de um compromisso. *Do ut des* (‘dou’ meu dinheiro, minhas armas e meu automóvel, ‘para que me dê’ a chance de seguir em paz). Dificilmente, porém, se encontraria um homem sensato capaz de declarar que esse compromisso é “inadmissível do ponto de vista dos princípios”, ou de denunciar quem o assumiu como cúmplice dos bandidos. Nosso compromisso com os bandidos do imperialismo alemão foi semelhante.” (*O esquerdismo*).

A paz, porém, ainda tardaria. Antes mesmo de conseguir libertar-se da Grande Guerra, a Rússia soviética mergulharia por mais quatro anos na igualmente mortífera Guerra Civil.

4

A SOBREVIVÊNCIA DA URSS: GUERRA CIVIL,
NEP, "SOCIALISMO EM UM SÓ PAÍS",
POLÊMICA COM TROTSKY



Revolução de Outubro, a maior que a história conheceu, teve desfecho fulminante e apenas um milhar de militares mortos e outro tanto de civis. Logo em seguida, porém, começou a reação, sob a forma de guerra civil, que durou longos anos e ceifou 1,5 milhão de vidas

Vermelhos contra Brancos

Apesar do nome consagrado pela história, Guerra Civil, a tentativa de sufocar a revolução no berço incluiu pesada intervenção estrangeira. Tropas de 14 países invadiram o território russo, com destaque para as das metrópoles imperialistas da Entente – Inglaterra, França, Japão e Estados Unidos –, inconformadas com o cumprimento da promessa bolchevique de tirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial.

Incitados, armados e financiados por essas potências, os contrarrevolucionários russos levantaram a cabeça. No verão (setentrional) de 1918, o poder soviético controlava só uma fração do país. E travava um combate de vida ou morte em três frentes: a Leste (Sibéria e Montes Urais), a Sul (que incluía a região do Don e tinha seu QG na Península da Crimeia) e a Noroeste (onde os exércitos anglo-franceses ocuparam as cidades de Arcangel e Murmansk). A imprensa estrangeira dava como certo que o poder dos Soviotes sucumbiria em semanas, no máximo dois ou três meses.

Em linhas gerais, foi uma guerra dos Brancos contrarrevolucionários contra os Vermelhos revolucionários. Porém, vista mais de perto, ela apresentava um cenário mais diverso e complicado, especialmente no lado Branco, com muitos personagens, perseguindo objetivos próprios e às vezes conflitantes.

Os principais chefes Brancos provinham da aristocracia czarista e mal ocultavam a intenção de restaurar o antigo regime autocrata-latifundiário. Era o caso do almirante Aleksandr Kolchak, que se proclamou “regente supremo da Rússia”, e também o dos generais Anton Denikin e Pyotr Wrangel, o Barão Negro.

Mais ou menos sob esses chefes, combatia uma constelação de senhores de guerra. Em geral era forte a presença de cossacos e de *kulaks* (camponeses ricos). O Exército Verde, dos *kulaks*, se empenhou em execuções sumárias e pogroms que assassinaram mais de 70 mil judeus. As forças burguesas – kadetes – alinharam-se aos Brancos contra o que consideravam o mal maior, o bolchevismo, e em represália foram proibidas pelo regime. Já general polonês Jozef Piłsudski [1867-1935] tentou anexar metade da Ucrânia e mais a Bielorrússia. Um corpo de exército formado por prisioneiros de guerra tchecoslovacos, autorizado pelo Estado soviético a regressar ao seu país, deixou-se envolver na luta contra os Vermelhos. Havia ainda o líder anarquista Nestor Makhno, que formou o seu Exército Negro, em conflito intermitente com Vermelhos e Brancos. E em março de 1921 rebelaram-se por duas semanas os marinheiros de Kronstadt – a fortaleza heroína de 1917 –, clamando por uma “terceira revolução” contra a “comissariocracia” comunista, mas com apoio de kadetes, social-revolucionários, anarquistas, Brancos, e da França.

“A pátria socialista em perigo!”

O Estado soviético (após 1922, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS) percebeu que aquela era uma luta de vida ou morte. Sob as insígn-





Tropas estadunidenses desfilam em Vladivostok; 14 países invadiram a Rússia durante a Guerra Civil



Cartaz Branco: o são Jorge da contrarrevolução enfrenta o horrendo dragão vermelho do comunismo



Soldado Vermelho prestes a decepar a mão do general Branco Pyotr Wrangel em caricatura soviética da época



Cartaz Vermelho: o são Jorge é o comissário do povo Leon Trotsky, combatendo o dragão capitalista

nias “A pátria socialista em perigo!” e “Tudo para o front!”, o Exército Vermelho, com 300 mil homens no início, em meses alcançou 1 milhão e ao final 5 milhões. Os melhores combatentes foram enviados à frente de combate (inclusive muitos marinheiros de Kronstadt, o que explica em parte a rebelião de 1921); entre eles, metade dos militantes do Partido e da Juventude Comunista.

O Partido incumbiu Leon Trotsky de chefiar o esforço bélico, na função de comissário do povo para Assuntos Militares. A polícia política, Tcheka, que teve papel de destaque, foi confiada ao veterano bolchevique Félix Dzerjinski [1877-1926]. O georgiano Josef Stálin [1879-1953], outro bolchevique desde 1903, deixou o Commissariado do Povo das Nacionalidades para assumir o Exército Vermelho na Frente Sul.

Socialmente, a Guerra Civil foi um combate entre os operários e camponeses pobres, Vermelhos, e as potências interventoras, latifundiários, burgueses e *kulaks*, Brancos. Os camponeses médios, segmento mais numeroso do campesinato, eram o fiel da balança, disputado pelos dois campos. Lênin recomendava que era preciso “saber chegar a um acordo com os camponeses médios, sem cessar nem um minuto a luta contra os *kulaks* e tomando como sólido apoio só os camponeses pobres” (LÊNIN, t. XXIII, p. 294, ed. russa).

Por certo tempo os camponeses médios vacilaram, o que explicou êxitos iniciais Brancos, como no Don. Depois, convenceram-se de que um triunfo Branco traria de volta o latifúndio, aderiram em massa aos Vermelhos e com isto decidiram o conflito.

Os generais Brancos tombaram um a um. Denikin sucumbiu no Cáucaso em outubro de 1919. Dois meses depois o exército de Kolchak debandou de Omsk, os Vermelhos entraram na “capital Bran-

ca” e fuzilaram Kolchak. Em novembro de 1921 o Barão Negro, encurralado na Crimeia, fugiu. Mas só em março de 1922, após cinco anos de guerra, o Exército Vermelho arrebatou ao Japão o porto siberiano de Vladivostok, último bolsão de ocupantes estrangeiros.

A Internacional Comunista

Um dos mais fortes motivos da ajuda imperialista aos Brancos foi evitar que o exemplo russo se propagasse. Não só na Rússia os trabalhadores e soldados estavam fartos da Primeira Guerra. De 1917 a 1923, um ascenso revolucionário sacudiu a Europa.

Em 1918 estourou a Revolução Alemã, a partir dos marinheiros e com formação de soviets. Ela derrubou o governo, o kaizer Guilherme II e a monarquia. Não era uma revolução de tipo bolchevique. Longe disso, contentou-se em empossar um governo social-democrata e introduzir cláusulas sociais na Constituição de Weimar. Mas mesmo assim era uma revolução. Forçou o brusco fim da guerra. E logo levou, em janeiro de 1919, ao Levante Espartaquista (a Liga Espartaquista, tendo à frente Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, acabara de fundar o PC da Alemanha), à Semana Vermelha em Berlim e em abril à formação de um governo soviético na Baviera. Rosa e Liebknecht foram assassinados, o levante, sufocado; mas lançaram a sua semente.

O Império Austro-Húngaro também desmoronou. A Hungria proclamou sua república dos soviets, que resistiu de março a julho de 1919. Também na Áustria desenvolvia-se o movimento revolucionário. Em março, os marinheiros da frota de guerra francesa enviada contra a Rússia se rebelaram sob a direção do mecânico André Marty. Na Itália iniciou-

-se o “Biênio Vermelho”. Novos Partidos Comunistas iam surgindo por toda a Europa.

Neste ambiente, reuniu-se em Moscou, em março de 1919, o congresso de fundação da Internacional Comunista, ou Terceira Internacional. Lênin, dirigiu o evento. Os 52 delegados, vindos de 34 países, aprovaram um *Manifesto ao proletariado internacional* e estabeleceram como pedra angular dos PCs o princípio do centralismo democrático, “liberdade de discussão, unidade na ação”.

O Comunismo de Guerra

A política econômica do poder soviético durante a Guerra Civil, conhecida como Comunismo de Guerra, foi ditada pelas condições extraordinariamente difíceis de então. Ela colocou sob controle estatal não só as grandes indústrias mas também as pequenas e médias. Impôs o trabalho obrigatório, a burgueses que jamais haviam trabalhado. E, em especial, proibiu o comércio privado de cereais e requisitou todo excedente de grãos para abastecer o exército e as cidades.

A requisição era um fardo pesado para o mujique, impedindo-o de comerciar livremente o seu trigo, aveia e a cevada. Foi um dos fatores que inclinou inicialmente contra os Vermelhos parte dos camponeses médios. Com o transcorrer da guerra e a ameaça de contrarreforma agrária nas regiões em poder dos Brancos, o campesinato por fim se engajou na defesa dos Sovietes, mas nem por isso deixou de protestar de forma simples e eloquente: reduzindo o plantio. Isso, e pelas conduções gerais de ruína econômica, reduziu à metade a produção agrícola russa de 1920, face à de 1913, último ano antes da Guerra Mundial.

A cena na indústria era ainda pior. A produção da grande indústria, caiu sete vezes em 1913-1920. As fábricas estavam na maioria paradas, as minas, destruídas e inundadas. A fundição de ferro russa em 1921 foi 3% daquela de antes da guerra. E isto quando o termo de comparação era a velha Rússia czarista do pré-guerra.

A penúria econômica tinha impacto direto na vida do povo. Sob o Comunismo de Guerra, os operários de Moscou e Petrogrado recebiam uma ração de pão de um oitavo de libra a cada dois dias. Escasseavam artigos tão elementares como trigo, carne, roupas e calçados, fósforos, sal, petróleo, sabão.

Só o “espírito revolucionário russo”, a elevada consciência revolucionária dos operários e camponeses, a direção do Partido Bolchevique e de Lênin explicam que o povo tenha tolerado tamanhas privações, e lutado, com heroísmo, até a vitória. Mas os povos só fazem revoluções para viver melhor; aceitam sacrifícios, às vezes colossais, em nome da revolução, porém com a condição de, ao final das contas, melhorarem de vida.

Com sua severidade extrema, o Comunismo de Guerra só tinha razão de existir nas circunstâncias excepcionais da Guerra Civil. Finda a guerra, era indispensável aposentá-lo. Outra política econômica se impunha para a edificação pacífica da indústria, da agricultura e do bem-estar das massas trabalhadoras.

A Nova Política Econômica

Em março de 1921, o 10º Congresso do Partido aprovou, por proposta de Lênin, a Nova Política Econômica, mais conhecida pela sigla NEP. Esta representou a passagem da fase de conflito armado para



Camponês pede socorro em cartaz da mobilização contra a fome; a produção agrícola russa reduziu-se à metade entre 1913 e 1920

a de construção pacífica da nova sociedade. Representou também determinadas concessões à economia de mercado e ao capitalismo: um recuo passageiro para permitir o avanço.

Discursando para o Soviete de Moscou, Lênin explicou esse recuo:

“Nova Política Econômica! Estranha denominação: foi chamada nova política econômica porque marcha para trás. Hoje recuamos, parece que retrocedemos; mas fazemo-lo para, depois tomar impulso e saltar adiante com mais força. [...] Não sabemos ainda onde e como devemos reagrupar-nos, adaptar-mo-nos, reorganizarmo-nos, para em seguida

passarmos à mais tenaz ofensiva. [...] Já demonstramos que não se trata de uma utopia, mas de uma obra à qual os homens consagram suas vidas. Todos os vimos, já está feito. É preciso transformar, mas de modo que a maioria das massas trabalhadoras, os camponeses e operários, olhem e digam: ‘Não falem, falamos nós; vocês conseguiram resultados melhores; depois deles, nenhuma pessoa sensata pensará jamais em voltar ao passado.’” (Discurso perante o Pleno do Soviete de Moscou, 20 de novembro de 1922).

A NEP trocou com a requisição dos excedentes de cereais por um imposto em espécie, muito mais modesto, deixando os camponeses comerciarem livremente o restante. Permitiu também o comércio privado, a abertura de pequenas fábricas e outras empresas privadas. Apostou pesado no capitalismo de Estado. E criou também concessões para atrair grandes investidores estrangeiros, como o financista inglês Leslie Urquhart; ex-financiador dos Brancos; ou o industrial estadunidense Armand Hammer, que terminou amigo de Lênin e morando anos em Moscou; ou o também norte-americano Henry Ford, que construiu uma grande montadora automobilística em Gorki.

Os resultados não se fizeram esperar. Em 1926 a indústria pesada superou a marca do pré-guerra. Em 1927 foi a vez da produção carbonífera e em 1928 da safra de cereais e da produção industrial e agrícola como um todo. No plano político-social, a Nova Política dotou de novas bases materiais, e nova solidez, a aliança operário-camponesa na URSS (sigla da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, constituída em 1922).

A NEP vigorou até 1928, quando cedeu lugar à política econômica dos Planos Quinquenais e da Coletivização agrícola. Hoje, nesta *Pequena história* que revisita a experiência soviética do ponto de vista do século 21, cabe a pergunta: não terá havido aí alguma precipitação? No mínimo, é forçoso constatar que a experiência soviética terminaria por sucumbir. Que todas as experiências socialistas que souberam resistir e chegaram aos nossos dias praticam políticas econômicas que se parecem em boa medida com bisnetas da NEP. E que as mais exitosas nos resultados econômicos concretos são justo as que enveredaram mais cedo e mais resolutamente por esse cami-



Voluntários do Exército Vermelho na Frente Sul durante o início da guerra

nho: a China, que deflagrou “sua NEP” em 1978, e o Vietnã, onde ela data de 1986.

Morte de Lênin, conflito Stálin-Trotsky

O discurso citado quatro parágrafos acima, de novembro de 1922, foi o último pronunciado por Lênin. Logo em seguida o líder e teórico maior da Revolução Bolchevique sofreu um acidente vascular cerebral e não mais se recuperou.

Lênin sempre tivera uma saúde frágil. E se ressentia da tentativa de assassinato sofrida em 1918, quando, após visitar uma fábrica em Moscou, foi alvejado por três tiros de revólver pela social-revolucionária Fanny Kaplan. Uma das balas, alojada no pescoço, perto da coluna vertebral, só pôde ser extraída mais de três anos mais tarde. Meses depois, o AVC paralisou-lhe o lado direito. Com dificuldades para falar, ele ainda escreveu até o início de 1923,



Stálin (esq.), Lênin e Trotsky durante a Guerra Civil

artigos dedicados ao controle operário-camponês sobre o Estado e também seu chamado Testamento, um conjunto de notas que cita prós e contras a Stálin, Trotsky, Bukharin, Zinoviev, Kamenev e Georgi Piatakov [1890-1937], inclinando-se, inconclusivamente, por uma direção colegiada.

Em janeiro de 1924, novo AVC matou Lênin, aos 53 anos. A morte coincidiu com um auge do prestígio do líder do Partido Bolchevique [a partir de 1922 rebatizado Partido Comunista (bolchevique) da URSS], na Rússia e no mundo inteiro. E também com o acirramento de divergências na direção do Partido, polarizadas por Stálin e Trotsky.

Trotsky, embora fosse o segundo nome mais célebre da Rússia revolucionária, vinha colecionando controvérsias com a direção bolchevique, sobre o Acordo de Brest-Litovsk, o papel dos sindicatos na construção socialista, a NEP ou ainda a condução na Guerra Civil. Logo após a morte de Lênin, outra polêmica ganhou força, entre a concepção de Trotsky sobre a “revolução permanente” e a de Stálin, secretário-geral do Partido, sobre a “construção do socialismo em um só país”.

Datam dessa época dois dos textos mais conhecidos de Stálin, *Sobre os fundamentos do leninismo* (1924) e *Questões do leninismo* (1925). Nelas, o se-

cretário-geral defendeu a possibilidade de edificar o socialismo mesmo caso a revolução tardasse em outros países, e também cunhou o conceito de marxismo-leninismo, para designar “o marxismo de nossa época, a época do imperialismo e das revoluções proletárias”. Trotsky retrucou com o livro *1905* (1925), que o triunfo da revolução socialista em um país atrasado, como a Rússia, só resistiria ao cerco internacional capitalista se fosse rapidamente secundado por revoluções em outros países.

A contenda teórica e política decidiu-se em favor de Stálin. No 13º Congresso (1923), Trotsky já ficou em dificuldades, confinado à condição de líder de uma Oposição de Esquerda com diminuta influência dentro ou fora do Partido. A marginalização prosseguiu com seu afastamento do governo (1925) e do Birô Político bolchevique (1926), expulsão do Partido (1927), deportação para Alma Alta (1928), expulsão da URSS (1929) e por fim o assassinato no exílio mexicano (1940), pelo espanhol Ramón Mercader, ao que tudo indica a mando de Moscou.

Desde a enfermidade de Lênin, Stálin assumiu as rédeas do Partido (embora não as do Estado, até 1946) por três longas décadas. Esta longa permanência marcaria a fundo a trajetória soviética, pelo sim e pelo não.

5

ECONOMIA PLANIFICADA, PLANOS QUINQUENAIS, COLETIVIZAÇÃO AGRÍCOLA, PROCESSOS DE MOSCOU



Em 1927, quando a Revolução de Outubro completava dez anos, o Estado revolucionário dos Sovietes decidiu passar a um novo estágio. Em 1928 teve início o Primeiro Plano Quinquenal. Ao mesmo tempo, a coletivização agrícola ganhou caráter massivo. Com isso, o modo de produção socialista consolidou-se na sociedade soviética.

Começa a era dos planos quinquenais

No período anterior, na URSS da NEP (Nova Política Econômica), de 1921 a 1927, a questão de quem venceria quem ainda estava até certo ponto em aberto. O socialismo ainda convivia com outras formações econômico-sociais: a economia camponesa tradicional, não mercantil; a pequena produção de mercadorias, por parte de camponeses e artesãos; o capitalismo de Estado; e o capitalismo privado. O regime soviético evidentemente favorecia o avanço do socialismo, mas a NEP admitia, e em certa medida estimulava inclusive, a produção capitalista.

Na fase que se seguiu, com o início dos planos quinquenais, o Partido Comunista (bolchevique) se colocava uma tarefa inédita e ambiciosa: transformar a URSS de uma economia predominantemente agrícola em um país industrial; começar a terraplanagem do fosso que separava a velha Rússia atrasada das mais avançadas economias capitalistas; e, muito especialmente, alcançar em toda a linha o completo triunfo das novas relações socialistas sobre as demais formações econômico-sociais, eliminar as classes exploradoras enquanto classes, eliminar o fenômeno do desemprego... numa palavra, transformar o mais extenso país do mundo em território livre da exploração do homem pelo homem.

Não seria fácil. A economia russa, como vimos, mal conseguira recuperar o nível de 1913, antes dos estragos causados pela Grande Guerra (1914-1918) e pela Guerra Civil (1918-1922). As fábricas eram poucas, velhas, atrasadas, quase inexistentes no ramo estratégico da indústria pesada e da produção de meios de produção – máquinas e ferramentas. E o cerco mundial capitalista criava desafios suplementares, como o rompimento das relações comerciais e diplomáticas por parte do governo conservador inglês, em maio de 1927.

O Primeiro Plano Quinquenal já incluía projetos gigantescos, como a central hidrelétrica sobre o Rio Dnieper; a ferrovia Turquestão-Sibéria (com 1.500 km, indo de Taskent a Novosibirsk); a fábrica de tratores de Stalingrado (hoje Volgogrado), construída em apenas 11 meses; a ZiS, uma montadora de automóveis em Moscou (mais tarde batizada Stálin); e uma fábrica de locomotivas em Lugansk.

A jovem República dos Sovietes se atirou com entusiasmo na execução do plano. E o Partido estimulava esse empenho. Em um discurso de 1931, Stálin comentava: “Pergunta-se, às vezes, se não se deveria moderar um pouco o ritmo. Não, não é possível, camaradas! Não se deve diminuir o ritmo! Moderar o ritmo significa ficar atrasado. E os que se atrasam são derrotados. E nós não queremos ser derrotados!”.

Já no primeiro ano a produção industrial soviética cresceu 18%. A força de trabalho ocupada na indústria passou de 3,1 milhões de operários, em 1928, para 6 milhões em 1932. Em 1929, o valor da produção industrial suplantou o da agricultura. Logo surgiu entre as massas a palavra de ordem “executar o Plano Quinquenal em quatro anos” e, de fato, o Plano foi cumprido em quatro anos e três meses.





Obras da represa hidrelétrica sobre o Rio Donetz



Cartaz soviético mostra o Plano Quinquenal esmagando os burgueses

O Segundo Plano Quinquenal (1932-1937), ainda mais ousado, também foi executado com antecedência; logrou a duplicação dos operários e empregados, enquanto elevou a produção industrial para oito vezes em relação à de 1913. E esse ímpeto industrializador prosseguiria nos Planos Quinquenais seguintes, quase sem arrefecimento, até ser truncado pela invasão nazista de 1941.

A pujança soviética nessa fase contrastava com o panorama nas metrópoles capitalistas da Europa e da América do Norte. Em 24 de outubro de 1929 aconteceu o célebre crack da Bolsa de Nova Iorque, que assinalou início da “Grande Depressão”. Foi a pior crise da história do capitalismo (a segunda pior seria a deflagrada em 2008 com a falência do banco estadunidense Lehman Brothers). O número de desempregados aumentou em 24 milhões nos quatro anos que se seguiram. Ainda em 1933, a produção industrial dos Estados Unidos era 65% do que fora em 1929; a da Inglaterra, 86%; a da Alemanha, 66%; a da França, 77%... E a da União Soviética... 201%.

O Movimento Stakanovista

Um tamanho impulso industrializador colocava desafios inéditos para o jovem regime dos Soviéticos. Reclamava uma atitude nova diante da técnica e da tecnologia, e não apenas da parte dos quadros dirigentes, mas da massa trabalhadora. A resposta soviética surgiu com o Movimento Stakanovista.

Alexei Stakanov, operário de 30 anos numa mina de Donetz, em 31 de agosto de 1935 conseguiu extrair em uma única jornada de trabalho 102 toneladas de carvão, ou 14 vezes a norma usual. A façanha logo encontrou seguidores: Smetanin, na produção de calçados; Krivonós, no transporte; Musinski, na

indústria florestal; Eudóxia e Maria Vinogradova, na têxtil; Maria Pemehenko, Marina Knatenko, Pasha Angelina e Polagutin na agricultura. Logo se formou uma multidão de seguidores de Stakanov.

Três meses depois, reuniu-se – no próprio Palácio do Kremlin em Moscou – a primeira Conferência Stakanovista de toda a URSS. Stálin tomou da palavra: “Observai os camaradas stakanovistas. Quem são? São principalmente, operários e operárias jovens ou de meia-idade, homens preparados do ponto de vista cultural e técnico, modelos de precisão e de exatidão no trabalho, que sabem apreciar o fator tempo e aprenderam a contar, não somente por minutos, mas também por segundos. A maioria tem o mínimo de conhecimentos técnicos e continua completando sua instrução técnica. Estão isentos do conservadorismo e da rotina de alguns engenheiros, técnicos e dirigentes da economia. Marcham audazmente para diante, destruindo as normas técnicas antiquadas e criando outras novas, mais avançadas. [...] Amiúde completam e corrigem os engenheiros e técnicos, os instruem e os empurram para diante.”

A coletivização agrícola

Ao lado da industrialização socialista, a grande transformação dessa fase foi na agricultura: de um lado, a coletivização agrícola em massa; de outro, a nova política de enfrentamento dos *kulaks* – camponeses ricos, de longe o segmento mais numeroso das classes exploradoras na Rússia –, passando da simples restrição à “eliminação dos *kulaks* enquanto classe”.

Como vimos, já no seu primeiro dia a Revolução de Outubro enfrentara, com o célebre Decreto da Terra, a questão da reforma agrária, entregando



Stakanov (à direita), dentro da mina, conversa com um colega

a terra a quem a trabalhava. A medida imediata, e sua aplicação consequente, foi decisiva para garantir a aliança operário-camponesa, base social do triunfo revolucionário.

Porém os bolcheviques, como marxistas, tinham consciência dos limites históricos da pequena produção camponesa: um avanço face ao latifúndio, mas também uma perpetuadora do isolamento e do atraso. “Com a pequena exploração não se pode sair da miséria”, assinalava Lênin a respeito (LÊNIN, *Obras completas*, tomo 24, p. 540, ed. russa). E, em outra passagem: “Só mostrando praticamente aos camponeses as vantagens do cultivo agrícola social, em forma de cooperativas, de cartéis; só auxiliando o camponês, com a ajuda do regime cooperativo, do cartel, poderá a classe operária, que tem em suas mãos o Poder do Estado, demonstrar realmente ao camponês sua justeza, atraindo firmemente para seu lado a massa de milhões e milhões de camponeses” (IDEM, tomo 24, p. 579). Por isso, desde o início da Revolução surgiram na Rússia também experiências de fazendas coletivas, com diferentes nomes, inclusive *kolkoz* (o nome é uma forma abreviada de “economia coletiva”).

A partir de 1927, o Partido avaliou que já era possível sustentar – com estações de máquinas e tratores, sementes e reprodutores selecionados – uma coletivização massiva. Lançou então uma campanha visando à adesão em massa dos camponeses aos *kolkoz*, que eram grandes cooperativas de produção, ao lado do fortalecimento dos *sovkoz*, fazendas estatais.

Isto implicava contrariar frontalmente os interesses dos *kulaks*. E a “kulakeria” opôs uma resistência tenaz à coletivização, que foi desde a recusa em vender ao Estado os excedentes de cereais até

o incêndio de *kolkoz*, o assassinato de dirigentes kolkozianos e manifestações diretas contra o poder soviético. Em fevereiro de 1930 os *kulaks*, de regiões como a Ucrânia e o Kuban, lograram mobilizar parcelas do campesinato em protestos assim.

A resistência deveu-se também a erros no movimento de coletivização agrícola. Desde a época identificou-se “uma série de sinais alarmantes sobre as deformações da linha do Partido, que ameaçavam fazer fracassar a coletivização”, “erros graves”, em especial dos que “tentavam levar os camponeses pelo caminho kolkoziano mediante medidas de coação administrativa”, quando “ficou comprovado que se violava o princípio do voluntariado” [*História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS*, 1938].

A coletivização terminou por suplantar esses obstáculos. Em 1934 os *kolkoz* já abarcavam 75% do campesinato e 90% da superfície semeada da URSS. Três anos mais tarde essas cifras tinham subido para 93% e 99%. Estava consumada também a tarefa de “eliminar os *kulaks* como classe”.

As classes se extinguem, a luta de classes não...

Com a supressão dos *kulaks*, o Partido deu por concluída a “destruição das últimas raízes do capitalismo” na URSS. Na opinião oficial, já não havia no país classes exploradoras: dos capitalistas, latifundiários, *kulaks* ou especuladores sobravam apenas “vestígios insignificantes”.

Restavam as classes trabalhadoras, a classe operária e o campesinato, assim como a camada da intelectualidade. Porém “vão se apagando as fronteiras de classe entre os trabalhadores da URSS”, “cedem e se apagam as contradições econômicas e

políticas entre os operários, os camponeses e os intelectuais”, o que “criou a base para a unidade moral e política da sociedade”, avaliava a *História do Partido Comunista (Bolchevique)*.

No entanto, a mesma obra afirmava que ocorria “uma acentuação da luta de classes dentro do país e um recrudescimento da luta no seio do Partido”, pois “a resistência do inimigo de classe se revestirá de formas tanto mais agudas, quanto mais ele sentir o terreno vacilar sob seus pés, quanto maiores êxitos obtiver o socialismo”. Portanto, “é necessário acabar com essa benignidade oportunista que parte da suposição errônea de que, à medida que se desenvolvem nossas forças, o inimigo se torna mais dócil e mais inofensivo”, pois, ao contrário, “quanto mais desesperada for a situação de nossos inimigos, de melhor grado recorrerão aos ‘meios extremos’”.

Essa visão ensejou movimentos contraditórios. De um lado, elaborou-se em 1935-1937 uma nova Constituição da URSS (a anterior era de 1924), garantindo direitos democráticos formais como o voto universal, direto e secreto. De outro, o expurgo que atingiu boa parte dos dirigentes do Partido e do Estado, nos chamados Processos de Moscou.

Os Processos de Moscou

O elemento detonador dos Processos foi a morte de Serguei Kirov, o prestigiado dirigente do PC(b)US em Leningrado, aos 48 anos. Leal a Stálin em todos os debates partidários, Kirov foi assassinado com um tiro de revólver, no Smolni, em dezembro de 1934. O assassino foi preso em flagrante, imediatamente, com a arma do crime em sua posse: era Leonid Nikolaev, um desempregado, já preso por pequenos delitos, pouco antes excluído do Partido.



Serguei Kirov, o popular dirigente bolchevique assassinado em Leningrado

A autoria intelectual do crime, porém, permaneceu controvertida até os nossos dias: versões conflitantes ora responsabilizam Stálin, ora o inocentam, ou aventam ainda a possibilidade de um ato terrorista individual. Trotsky, no exílio, rejeitou a versão “de assassinato premeditado por Stálin de um Kirov opositor”. O fim da URSS e a abertura dos arquivos do Kremlin não ajudaram a lançar luz sobre o episódio.

Na sequência, Zinoviev, Khamenev, Bukharin e inúmeros outros dirigentes bolcheviques foram expurgados, julgados, condenados e fuzilados, acusados de crimes que remontavam aos primórdios da Revolução. O “judas Trotsky”, exilado, figurou nos processos de Moscou como “principal inspirador e organizador de todos esses bandos assassinos”. A imprensa soviética cobriu exaustivamente, dia após dia, o andamento dos processos.

É certo, contudo, que as confissões dos réus dos Processos de Moscou, tal como foram divulgadas, não soam convincentes. E que os Processos abriram caminho para outros e outros episódios de repressão política, dirigidos contra dirigentes conhecidos ou contra pessoas simples do povo trabalhador, violando a legalidade democrática a pretexto do acirramento da luta de classes. A despeito das garantias democráticas da Constituição de 1937, foi sendo implantado no país um ambiente de temor, de silêncio, formalismo, passividade e ultracentralização. O regime soviético foi aos poucos se afastando da proposta formulada por Lênin, de um Estado “dez vezes mais democrático que a mais democrática república burguesa”, de respeito ao valor universal da liberdade e valorização da participação criativa das massas.

6

A GRANDE GUERRA PATRIÓTICA E A VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO



A fase de ascensão do nazi-fascismo

Desde 1922, a onda revolucionária iniciada com a vitória bolchevique refluíu. Pelo menos na Europa, teve início uma longa fase – duas décadas – de descenso da revolução e, pior, de franco avanço da contrarrevolução.

O marco inicial dessa fase foi a Marcha sobre Roma na Itália, em outubro de 1922, que levou ao poder o Partido Fascista de Benito Mussolini. Nos anos seguintes, partidos e movimentos de tipo fascista tomaram o poder na Bulgária, Hungria, Portugal, Romênia, sempre em feroz oposição ao comunismo.

Porém, a vitória realmente estratégica foi em janeiro de 1933 na Alemanha, com a chegada ao poder do Partido Nazista (Forma abreviada de Nacional-Socialista) de Adolf Hitler. Em 1936-1939, a Guerra Civil Espanhola foi o teatro da contenda, vencida pelo fascista Francisco Franco com ajuda de tropas e bombardeios ítalo-alemães.

No posto de chanceler (primeiro-ministro), Hitler logo no mês seguinte aproveitou o Incêndio do *Reichstag* (Parlamento Alemão), ao que tudo indica uma provocação nazista, para varrer com as liberdades democráticas e instaurar uma ditadura aberta. O novo regime acusou os comunistas de autores intelectuais do incêndio e prendeu dezenas de milhares deles, entre estes o dirigente búlgaro Georgi Dimitrov (1882-1949). Dimitrov defendeu-se acusando o nazi-fascismo. Enfrentou Goebbels e Goering no tribunal e o fez com tal maestria que tornou-se mundialmente famoso e teve de ser libertado no ano seguinte. Em seguida, assumiu a secretaria geral (principal função) da Internacional Comunista.

A linha de frente única antifascista

A ascensão do nazi-fascismo aproveitou-se em certa medida dos pontos débeis da linha da Internacional de “classe contra classe”. Aprovada no 6º Congresso da IC, de 1928, ela na prática excluía qualquer unidade de ação com a social-democracia, para não falar das forças políticas convencionais da burguesia. Isolados, os PCs, inclusive o possante PC da Alemanha, não tiveram como opor resistência eficaz ao avanço dos seus mais ferozes inimigos.

Ao assumir a direção da IC, Dimitrov convocou o seu 7º Congresso e aprovou uma nova linha, de frente única antifascista. Embora sem fazer concessões ideológicas à social-democracia, ele defendia a unidade de um amplo leque de forças contra “o pior inimigo da classe operária”, “a ditadura aberta da burguesia”, o nazi-fascismo. A linha da frente única orientou a União Soviética e o conjunto do movimento comunista – inclusive no Brasil – nos cruciais embates da guerra.

Porém, as potências capitalistas ocidentais não se mostravam dispostas a combater efetivamente o nazi-fascismo. Pelo contrário, no Acordo de Munique (setembro de 1938), elas entregaram alegremente a Hitler a região tcheca dos Sudetos, esperando que ele voltasse seus apetites belicosos contra a URSS.

Diante disso, e do fracasso das tentativas de aliança antinazista com os britânicos e franceses, a República dos Sovietes tomou a iniciativa de concluir com a Alemanha o tratado de não agressão conhecido como Pacto Germano-Soviético, ou Pacto Molotov-Ribbentrop (agosto de 1939). Em 1º de setembro o 3º Reich iniciou a Segunda Guerra, ocupou a Polônia, e a seguir a França, Bélgica, Holanda e Lu-

xemburgo. Rapidamente, toda a Europa continental, afora a URSS e um ou outro enclave neutro, caiu em poder do Eixo (a coalizão militar germano-italo-nipônica durante a Guerra) e seus aliados.

A URSS, com o Pacto, ganhou dois anos para se preparar contra a agressão alemã que todos julgavam inevitável. Desde o Acordo de Munique, a indústria bélica soviética foi prudentemente remanejada para lugares seguros, além dos Montes Urais. Mais de 2.600 fábricas foram convertidas em componentes do esforço de guerra. O Exército Vermelho, sob o comando do general George Jukov, aprestou-se para o combate.

A maior agressão da história

Em 22 de junho de 1941, a Alemanha violou o tratado de não agressão e invadiu o território soviético. Com o nome de código Operação Barbarossa, foi a maior operação militar que a humanidade já conheceu, envolvendo 3,8 milhões de soldados – quando todo o resto do exército de Hitler, incluindo as forças de defesa da Alemanha, somava 3,4 milhões de soldados.

A Operação Barbarossa começou com fulminantes sucessos, no melhor estilo da *blitzkrieg* (guerra relâmpago). Em seis meses as tropas de Hitler ocuparam um milhar de quilômetros de território soviético. A ofensiva se dava em três frentes: o Sul, a partir dos Bálcãs, rumo ao petróleo do Cáucaso, o Central, mais importante, a partir da Polônia ocupada, ameaçando Moscou, e o Norte, com apoio da Finlândia aliada do Reich, assediando Leningrado (atual Petersburgo).

Durante esse ataque, 2 milhões de soviéticos foram massacrados, sendo 1 milhão de judeus. A SS

assumiu o comando da zona ocupada, com ordens para matar todos os judeus, matar todos os membros do Partido Comunista e reduzir a “raça eslava” à escravidão. O general Wilhelm Keitel, comandante das Wehrmacht, respondeu a um subordinado atônito que na Operação Barbarossa “a concepção militar de uma guerra cavalheiresca” não tinha lugar, pois tratava-se “de destruir uma concepção de mundo”.

A Grande Guerra Patriótica

Stálin usou contra Hitler uma estratégia militar inspirada naquela que derrotara Napoleão Bonaparte na invasão da Rússia em 1812 – e que Leon Tolstói descreveu com gênio em *Guerra e paz* (1869). Ele arregimentou para o combate o patriotismo do povo russo, o heroísmo do seu Exército Vermelho, mas também as colossais dimensões de seu território e o rigor implacável do seu inverno.

Com efeito, a Wehrmacht foi detida, em pleno inverno russo (5 de dezembro), com um tapete de um metro de neve e temperaturas de 20° e até 30° negativos, a apenas 30 quilômetros de Moscou. O plano de Hitler era arrasas a capital soviética, fazendo no seu lugar um lago artificial. Para isso, ele concentrou 1,8 milhão de soldados na Batalha de Moscou. Mas em 22 de janeiro o invasor foi rechaçado, perdendo 615 mil homens. Foi a primeira grande derrota da Alemanha nazista.

Enquanto o invasor permaneceu às portas de Moscou, uma parte da cidade foi evacuada. Indústrias, repartições governamentais, tesouros artísticos e até a Rádio Moscou – peça-chave do esforço de guerra dentro do país e internacionalmente – foram transferidos para a Sibéria.

Stálin, porém, permaneceu na sua residência num cantinho do Kremlin, o antigo palácio imperial czarista, bem no centro da capital. Em 7 de novembro, dirigiu-se ao povo, na Praça Vermelha, por motivo do 23º aniversário da Revolução Bolchevique. Apela a “toda a pátria” e admite que esta vive “uma ameaça”, mas foi de um indizível otimismo:

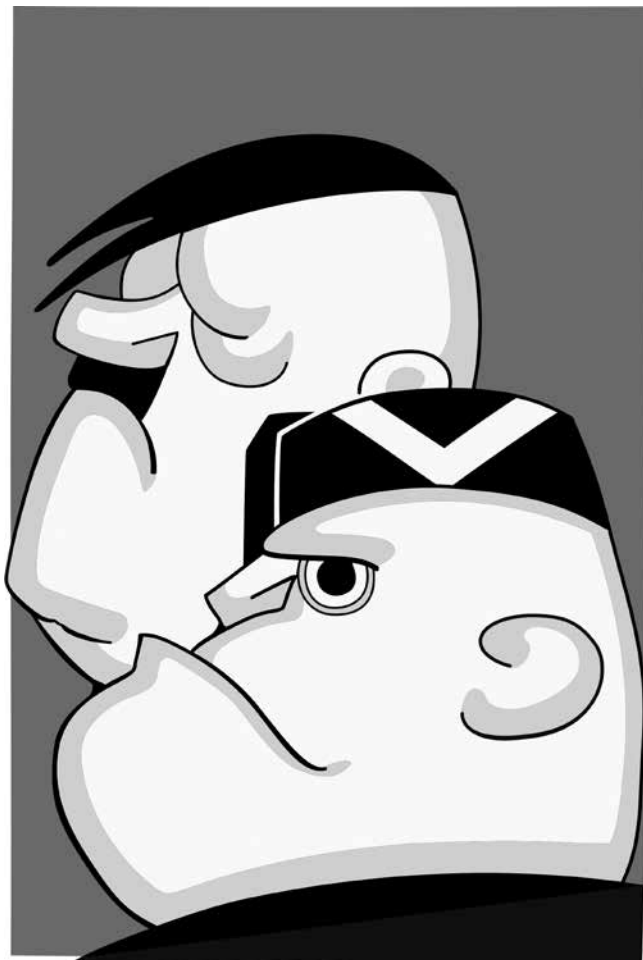
“O diabo não é tão terrível como o pintam. Se examinarmos a verdadeira situação da Alemanha, não é difícil compreender que os invasores fascistas estão na iminência do desastre”, asseverou.

Muita gente deve ter feito um muxoxo de descrença. Afinal, a Wehrmacht estava às portas de Moscou, e de Leningrado, e imperava sobre praticamente um continente inteiro. Mas os cétricos se enganavam. Era Stálin quem tinha razão.

Vale notar que o discurso de Stálin falou da Revolução, do Partido Bolchevique e de Lênin, mas também invocou a pátria, “toda nossa pátria, todos os povos de nossa pátria” (já que a URSS é um Estado plurinacional). Não por acaso a resistência ao invasor foi denominada Guerra Patriótica. O poder soviético fez aqui uma flexão, na linha dimitrovia-na da frente única, buscando o mais amplo leque de alianças para rechaçar o invasor. Um gesto neste sentido foi o encontro de Stálin com três altos dignatários da Igreja Ortodoxa Russa, em 1943, com a resistência aos ocupantes como pauta.

A inacreditável resistência de Leningrado

O plano do nazi-fascismo era tomar Leningrado antes mesmo de Moscou. A antiga capital imperial russa, cenário da Revolução de Outubro, dispunha do formidável sistema fortificado de Kronstadt e por isso o invasor decidiu vencê-la pela fome. Cer-



Hitler e Mussolini por J. Carlos, na revista brasileira *Careta*



Stálin discursa em Moscou ameaçada pela invasão nazista: "O diabo não é tão feio"...



Soldado vermelho com granada na Batalha de Stalingrado, setembro de 1942

caram-na, cortaram todas as linhas de abastecimento, submeteram-na a impiedoso bombardeio – 150 mil obuses, 100 mil bombas aéreas.

Mas Leningrado resistiu. Pagou com 2,2 milhões de vidas pelos 900 dias de cerco – na maioria civis vítimas da fome. Somente no pior mês, janeiro de 1942, foram 100 mil mortos. As pessoas simplesmente caíam e morriam, no meio da rua, de fome e frio. A ração diária fora reduzida para 200 gramas de pão para cada homem, 125 gramas para mulheres e crianças. Depois disso, o Exército Vermelho conseguiu abrir uma precária linha de abastecimento, a “Linha da Vida”, na qual, em média, apenas um em cada três caminhões lograva atravessar a metralha inimiga.

Heróis e delatores

Na zona sob ocupação alemã, o poder soviético desde antes da invasão havia organizado um sistema de guerrilhas. Assim como os comunistas franceses combatiam o nazismo nos Maquis e os italianos na Resistenza Partigiana, também os soviéticos, em boa parte da pátria socialista, estavam reduzidos a essa estratégia defensiva. Mas foi impressionante a adesão voluntária: mais de 2 mil grupos de guerrilha se constituíram e não deram trégua ao inimigo, desorganizando sua retaguarda.

O romance *A jovem guarda*, de Alexandre Fadeiev (1945) pinta um vívido retrato dessa resistência clandestina. Embora sendo uma peça de ficção, descreve com minúcias de repórter uma história real: seus heróis são um grupo de 80 militantes da Juventude Comunista, na cidade ucraniana de Krasnodon, que libertam os prisioneiros de um campo de concentração, queimam uma lista de cidadãos que devem ser deportados para trabalho forçado na

Alemanha, e hasteiam oito bandeiras soviéticas nos prédios mais altos da cidade para celebrar o aniversário da Revolução de Outubro.

Porém *A jovem guarda* também descreve como a rede clandestina foi delatada, e aniquilada pelo ocupante, com requintes de selvageria. Um fragmento da população colaborou com os ocupantes, em especial como *hiwi* (abreviatura da palavra alemã *hilfswillige*, auxiliar voluntário), fosse pela delação, como no livro de Fadeiev, fosse ajudando o extermínio dos judeus, fosse, inclusive, lutando de armas nas mãos. Na própria Ucrânia, os netos ideológicos desses colaboracionistas iriam jogar um papel na mesma linha durante a crise que dilacerou o país a partir de 2014.

O esforço industrial de guerra

Em boa medida a União Soviética venceu a guerra contra o nazi-fascismo não nos campos de batalha do Exército Vermelho, nem nas emboscadas das guerrilhas, mas no front do esforço industrial. A produção de carros blindados dá uma ideia desse engajamento: em 1940 foram produzidas 358 unidades; no primeiro semestre de 1941, já prenunciando a invasão, 1.503 unidades; no segundo semestre, imediatamente após a Operação Barbarossa, 4.740 unidades.

Desde o fim de 1942, a URSS supera a Alemanha no fabrico de armamentos, embora o Reich ainda ocupe metade do território da Rússia Europeia. A produção soviética de aviões e tanques passou a ser o dobro da alemã, a de canhões alcançou o triplo em 1944. Uma grande parte do esforço produtivo foi realizado pelas mulheres, já que a população masculina fora convocada para o exército. Todas as mu-

lheres de 15 a 45 anos de idade foram convocadas. Entre 1941 e 1945, a participação feminina na mão de obra industrial passou de 37% para 60%!

Stalingrado

Rechaçada em Moscou, detida em Leningrado, a Wehrmacht voltou-se para o sul, para os campos petrolíferos do Cáucaso, vitais para a URSS. Tomou Rostov, na foz do Rio Don. E a seguir lança-se sobre Stalingrado, que além de centro de armamento (fabricava o célebre tanque T34) e entroncamento ferroviário, tinha um nome que desagradava a Hitler.

No verão de 1942 os nazistas obtiveram êxitos iniciais. Hitler chegou a dizer que “os russos estão acabados” e ordenou a tomada de Stalingrado. Em setembro a cidade estava sob cerco alemão. Os olhos da imprensa mundial concentraram-se naquele campo de batalha decisivo.

Porém uma encarniçada resistência vermelha conteve o ataque. E quando Stalingrado estava quase toda tomada a tropa soviética cercou, por sua vez, os invasores. A mobilização na cidade chegou perto de 100%, com garotas do Konsomol (Juventude Comunista) alistando-se para operar baterias antiaéreas e a população civil foi convocada para cavar trincheiras e antitanques, enquanto os operários recebiam treinamento militar nas “brigadas especiais”.

Seguiu-se um longo, penoso, extenuante, desesperado combate casa por casa na cidade em ruínas. Residências eram remanejadas em fortificações, porões e esgotos em vias de comunicação, no que os alemães apelidaram Rattenkrieg (guerra de ratos).

Em 19 de novembro veio a contraofensiva soviética. Os atacantes de antes, a fina flor do exército hitlerista, sob comando do general Friedrich Pau-

30 de abril de 1945: a bandeira soviética é hasteada no *Reichstag*, o Parlamento alemão



lus, viram-se encurralados, exaustos, sem esperança de reforços, sem combustível para os tanques, sem munição, sem alimento. Em 24 de janeiro de 1943 Paulus enviou uma mensagem a Hitler: “Colapso inevitável. Exército solicita autorização imediata para rendição a fim de salvar vidas das tropas restantes”. Hitler proibiu-o de render-se. Mas em 2 de fevereiro o general alemão rendeu-se mesmo assim aos sitiados soviéticos com os 94 mil sobreviventes de seu exército.

Não foi uma batalha qualquer. Decidiu-se ali a sorte do conjunto da Segunda Guerra Mundial, maior confronto bélico que a humanidade já conhecera. Não por acaso, na França, por exemplo, até hoje nove praças e 14 avenidas trazem o nome Stalingrado.

A contraofensiva soviética

Depois de Stalingrado, a Alemanha hitleriana perdeu definitivamente a iniciativa estratégica. O conjunto da ascensão nazi-fascista iniciada em 1922 chegou ao fim. E o Exército Vermelho iniciou uma ofensiva que em outubro de 1944 já combatia em solo alemão, numa sucessão quase ininterrupta de vitórias.

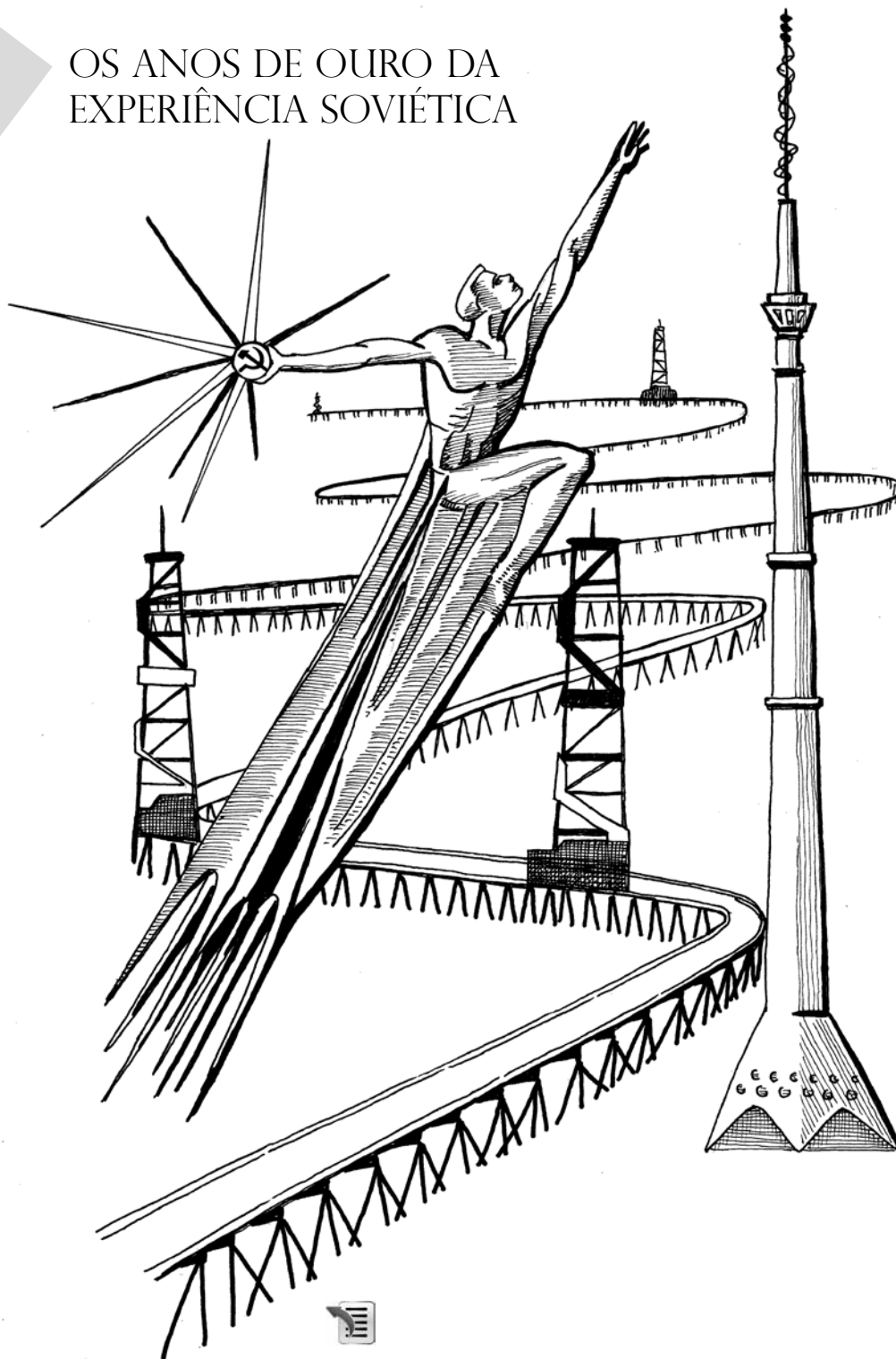
Enquanto isso, a resistência antifascista ganhou ímpeto no conjunto dos povos sob o tacão nazi-fascista, formando verdadeiros exércitos de guerrilheiros partizans na França, Itália, Iugoslávia, Grécia, Albânia, sempre em frente única mas com forte predomínio comunista. E os Aliados anglo-americanos, temendo os efeitos da avançada soviética, decidiram-se, por fim, abrir uma frente ocidental para acossar o Reich, com o Desembarque da Normandia, em 6 de junho de 1944.

O nazi-fascismo bateu-se desesperadamente até o fim. Hitler, acantonado num complexo fortificado no centro de Berlim, o *Führerbunker*, proibiu rendições e decretou pena de morte para os transgressores. Suicidou-se em 30 de abril de 1945, quando o Exército Vermelho já se encontrava na capital alemã, a algumas centenas de metros do *bunker*.

No mesmo dia, um soldado soviético hasteou a bandeira vermelha, da foice e do martelo, no teto do *Reichstag*. Em 9 de maio entrou em vigor a rendição incondicional da Alemanha, assinada na véspera, no QG soviético de Berlim. Com a vitória, devastadora e retumbante, a experiência socialista soviética entrou em sua fase de apogeu.

7

OS ANOS DE OURO DA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA



O decênio que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi a fase culminante da trajetória da União Soviética. Em todas as frentes – desde a economia até a política e os primeiros passos da Corrida Espacial com os Estados Unidos, no front interno e no das relações internacionais –, o avanço foi notável a ponto de ser reconhecido até pelos mais encarniçados inimigos do socialismo. Ao passo que, em contrapartida, os problemas, obscurecidos pelos êxitos, permaneceram incubados e só cobrariam seu tributo nas décadas seguintes.

Segunda potência econômica do mundo

A URSS fora, ao lado da Polônia, o país mais devastado pela guerra. Quando o Terceiro Reich se rendeu, em 1945, a produção metalúrgica e mineira reduzia-se a 40% daquela de 1940 e a de alimentos a 60%, o país perdera 137 mil tratores e mais de um terço do equipamento ferroviário.

Porém, a recuperação não foi menos impressionante. Ao Longo do Quarto e Quinto Planos Quinquenais (1945-1955), a economia planificada mostrou, mais uma vez, ser imbatível em ritmos de crescimento extensivo – embora, conforme veremos mais adiante, não obtivesse o mesmo desempenho em matéria de desenvolvimento intensivo. Conforme os dados do levantamento mundial realizado pelo economista e historiador britânico Angus Maddison, da Universidade de Groningen, o Produto Interno Bruto (PIB) soviético passou nesse período de US\$ 334 bilhões (1945) para 648 bilhões (1955), de 7,4% do PIB mundial para 9,5% e de 20,2% do PIB estadunidense para 35,8%. Com esse salto, a economia soviética passou a ser, pela primeira vez, a segunda maior do planeta, atrás apenas daquela dos

Estados Unidos – que não sofreram as destruições causadas pela Segunda Guerra. Caso esse ritmo se mantivesse, o PIB da URSS suplantaria o dos EUA por volta da virada para os anos 1970.

Fim do “socialismo num só país”

Com o triunfo sobre o nazi-fascismo, a União Soviética deixou para trás o isolamento internacional quase absoluto que vivera desde a Revolução de 1917. Nos países do Leste Europeu libertados pelo Exército Vermelho (Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Albânia e a parte oriental da Alemanha) a reconstrução seguiu um curso não capitalista.

Acabava-se assim o longo período da “construção do socialismo num só país”, que tanta polêmica provocara entre Stálin e Trotsky nos anos 1920. O socialismo já não se confinava a um único Estado, ainda que imenso. Dos escombros da Segunda Guerra surgiu todo um campo socialista, liderado pela URSS. A partir de 1949 o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecom) passou a concatenar as economias do bloco conforme um plano conjunto.

As revoluções na China, Vietnã e Coreia

A expansão do campo socialista na Ásia foi ainda mais significativa – por suas dimensões e também por sua solidez. Na Europa do Leste, o papel do Exército Vermelho Soviético foi determinante para as trajetórias socializantes – exceto nos casos da Albânia, onde a guerrilha expulsou os nazi-fascistas sem ajuda direta de tropas estrangeiras, e da Iugoslávia, onde esta foi apenas complementar (e que, já em 1948, se distanciaria do bloco socialista).



Já as revoluções em países asiáticos tiveram raízes próprias mais profundas, o que iria se mostrar decisivo no fim do século 20, como a história haveria de mostrar.

Na China, o Partido Comunista de Mao Tse-tung (1893-1976) travava desde 1927 uma guerra popular prolongada, com os camponeses como força principal, a guerrilha como forma de luta dominante e o conteúdo de uma revolução de libertação nacional, anti-imperialista e antifeudal. Durante a Segunda Guerra, o país foi ocupado pelo Japão, aliado da Alemanha nazista, e os guerrilheiros de Mao destacaram-se na resistência ao invasor. Expulsos os japoneses, seguiram-se quatro anos de guerra civil contra a reação interna (1945-1949); Stálin, em princípio, mostrou-se cético sobre esse desdobramento, mas admitiu seu erro quando os fatos o desmentiram. Em 1º de outubro de 1949, depois que as tropas reacionárias remanescentes fugiram para a ilha de Taiwan, Mao proclamou em discurso na Praça da Paz Celestial que “a China não está mais à venda”. Com o triunfo da revolução popular, o país mais populoso do mundo – 544 milhões de habitantes em 1949, um quarto da humanidade – enveredou também pelo caminho do socialismo.

O Vietnã, colônia da França desde o século 19 (formava a Indochina Francesa, junto com o Laos e o Camboja), também foi ocupado pelo Japão durante a Guerra Mundial, e igualmente ali a resistência foi encabeçada pelos comunistas do Partido dos Trabalhadores do Vietnã (que retornaria ao nome de Partido Comunista em 1976), liderados por Ho Chi Minh (1890-1969), poeta e ex-marinheiro em navios da metrópole francesa, quando chegou a viver algumas semanas no Rio de Janeiro. Em 1945,

expulsos os japoneses, Ho proclamou em Hanói a República Democrática do Vietnã, de orientação socialista. Os franceses tentaram retomar o posto de metrópole colonial, mas defrontaram-se com encarniçada resistência. Seguiram-se nove anos de guerra anticolonialista contra a França, vencida em 1954 na estratégica Batalha de Diem Bien-Phu. A França, militarmente derrotada, retirou-se e o país foi dividido ao meio, no paralelo 17 – o Vietnã do Norte, socialista, e o do Sul, sob ocupação militar dos EUA, até a reunificação em 1975, após uma guerra ainda mais longa contra a agressão neocolonialista dos norte-americanos.

Da mesma forma na Coreia, colônia do Japão desde 1905, os comunistas liderados por Kil Il-sung (1912-1994) encabeçaram a resistência guerrilheira durante a Segunda Guerra. Findo o conflito mundial, sobreveio a Guerra da Coreia (1950-1953), que custou 2 milhões de vidas e resultou em um impasse – até hoje o estado de guerra perdura, vigorando apenas um precário cessar-fogo: o país multimilenar foi dividido pelo paralelo 38, com o Norte encaminhando-se para o socialismo e o Sul seguindo a via capitalista sob a guarnição de bases militares e armas atômicas dos EUA.

Guerra Fria e bomba atômica

A Guerra Civil de 1945-1949 na China, a Guerra da Coreia e a Guerra de Independência do Vietnã e dezenas de outros enfrentamentos bélicos localizados compuseram, no âmbito planetário, o quadro da Guerra Fria. Esta recebeu esse nome por, apesar dos muitos milhões de vidas humanas que ceifou, não ter evoluído para um conflito bélico mundial aberto, como os de 1914 e 1939. Seu

marco inicial, a “declaração da Guerra Fria”, foi um discurso do ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em Fulton, EUA, em março de 1946.

Portanto, a Aliança URSS-EUA-Inglaterra, que enfrentara o Terceiro Reich durante a Segunda Guerra, sobreviveu por não mais que alguns meses após o fim do conflito. Logo os ex-Aliados se engalfinhariam em um novo confronto, dessa vez entre o mundo socialista, liderado pela URSS, e o capitalista, tendo à frente os EUA.

Foi um enfrentamento desigual, tanto pela natureza política e social dos dois campos como pelo poderio econômico e militar, que favorecia, de longe, o bloco ocidental-americano. Desde os bombardeios que destruíram as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, o exército estadunidense contava com a bomba atômica. A União Soviética fez seu primeiro teste de nuclear em 1949, nunca chegando a fazer uso bélico da bomba. Em 1951, Stálin comentou a respeito:

“Os políticos dos Estados Unidos não podem deixar de saber que a União Soviética se coloca não somente contra o emprego da arma atômica, como também pela sua proibição e pela cessação de sua fabricação. Como se sabe, a União Soviética já reivindicou por várias vezes a proibição da arma atômica e todas as vezes em que o fez esbarrou com a recusa das potências que constituem o bloco do Atlântico Norte. Isso significa que, em caso de agressão dos EUA contra o nosso país, os círculos governantes dos Estados Unidos empregarão a bomba atômica. É precisamente esta circunstância que obriga a União Soviética a possuir a arma atômica para receber os agressores devidamente preparada. Certamente, os agressores gostariam que a União Soviética estivesse desarmada em caso de

Mao Tse-tung em 1º de outubro de 1949: “A China não está mais à venda



Caricatura soviética de 1952: os países da Otan, aprendizes de nazistas sob comando de Eisenhower

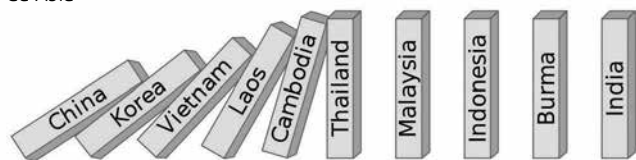


Churchill pronuncia o discurso de Fulton, “declaração da Guerra Fria”



Cartaz soviético: “Para ter mais, produzir mais; para produzir mais, saber mais”

Ilustração explicando a “teoria do dominó” com exemplo de países da Ásia



agressão contra ela. Mas a União Soviética não está de acordo com isso e pensa que é necessário receber os agressores devidamente preparada.

O fato é que os EUA sempre estiveram na dianteira da corrida nuclear, ainda que ambas as potências atômicas dispusessem de ogivas suficientes para varrer várias vezes com a existência da humanidade sobre a Terra, o que, paradoxalmente, terminou servindo de obstáculo à deflagração de uma outra “guerra quente”, devido à inibição criada pelo chamado “equilíbrio do terror”.

Nessa época, grande parte do esforço diplomático e propagandístico soviético voltou-se para a luta pela paz, tirando partido da forte repugnância que a carnificina de 1939-1945 provocara na opinião pública. No mundo inteiro os Partidos Comunistas e os movimentos sociais sob influência destes hastearam a bandeira da paz. O movimento contra a guerra jogou um papel, por exemplo, no Brasil, rechaçando as tentativas estadunidenses para envolver nosso país no conflito coreano, como aconteceu com a Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia.

Os EUA criaram o bloco militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Washington, abril de 1949, em parceria com países europeus ocidentais e o Canadá, explicitamente sob a bandeira da contenção do comunismo nos marcos da Guerra Fria – ainda que, por medida de precaução, deixassem o controle das armas atômicas sob comando único e exclusivo do Comando Aéreo Estratégico dos Estados Unidos. O Plano Marshall, de apoio estadunidense à reconstrução dos países europeus destruídos pela Segunda Guerra, também deveu muito mais a estes motivos do que a um suposto espírito de solidariedade da Casa Branca.

Em território estadunidense, a Guerra Fria assumiu os contornos do Macarthismo (o nome vem do senador republicano ultradireitista do Wisconsin Joseph McCarthy), uma campanha de perseguição a reais ou supostos comunistas que nos anos 1950 atingiu, entre milhares de outros, os cineastas Charles Chaplin e Orson Welles, os físicos Albert Einstein e Robert Oppenheimer, o dramaturgo Bertolt Brecht, os escritores Thomas Mann e Dashiell Hammett, as atrizes Dolores del Rio e Karen Morley.

A “teoria do dominó” tirava o sono dos EUA

O lado capitalista-estadunidense era o mais forte na Guerra Fria, porém o campo socialista-soviético é que estava na ofensiva e acumulava avanços. Afora os novos Estados socialistas do pós-guerra, citados acima, ele contava com a poderosa reserva do movimento anticolonialista na Ásia e África, onde os comunistas de cada país se engajavam, a exemplo da Índia, Indonésia, Iraque, África do Sul. Ao mesmo tempo, nas metrópoles capitalistas do Ocidente os Partidos Comunistas haviam emergido da Segunda Guerra notavelmente fortalecidos, com destaque para os da França e da Itália, que na época chegavam a contar com os votos de mais de um quarto dos eleitores.

Nesse período, os EUA perdiam o sono com a “teoria do dominó”, formulada pelo presidente Dwight Eisenhower em 1954. Segundo ela, tal como uma peça de dominó quando cai derruba a vizinha, “por contágio”, um país que se tornasse comunista tenderia a contaminar o vizinho com esse terrível efeito em cadeia.

As “estratégias de contenção” dos EUA com base na “teoria do dominó” serviram para tentar

justificar o envolvimento militar direto dos norte-americanos na Coreia e no Vietnã. Mais tarde, fundamentariam igualmente o apoio de Washington aos golpes de Estado e às ditaduras militares anticomunistas na América Latina.

A morte de Stálin

Josef Stálin conduziu a experiência soviética até sua morte, em março de 1953, aos 73 anos de idade, 30 como secretário-geral do PCUS e 12 como primeiro-ministro da URSS. Meses antes, em outubro de 1952, após um longo intervalo de 13 anos desde o 18º Congresso do Partido Comunista (bolchevique), ele capitaneou o 19º Congresso do Partido, que a partir de então tirou o “bolchevique” de seu nome e passou a chamar-se simplesmente PC da URSS.

Stálin expressou a convicção de que a experiência socialista soviética estava inevitavelmente fadada ao sucesso:

“Não há absolutamente força no mundo que possa entravar o movimento progressista da sociedade soviética. Nossa causa é invencível. É preciso segurar firmemente o leme e continuar o caminho sem ceder às provocações e às intimidações.”

Ao mesmo tempo, no encerramento do 19º Congresso, o dirigente bolchevique dedicou seu discurso a agradecer às mensagens de solidariedade vindas de outros países:

“Para nós, é especialmente valiosa essa confiança, indicativa do empenho em apoiar nosso partido nas lutas por um futuro radiante para os povos, contra a guerra e pela manutenção da paz. Seria um erro pensar que nosso partido, tendo adquirido enorme força, não mais precisasse de apoio.



Stálin em seu último desfile de 1º de Maio, 1952, ao lado de aluna soviética

Isso é falso. Nosso partido e nosso país sempre precisaram e precisarão da confiança, da simpatia e do apoio dos povos irmãos estrangeiros. A peculiaridade desse apoio consiste em que cada partido irmão, ao apoiar as aspirações pacifistas de nosso partido, demonstra também estar apoiando a luta de seu próprio povo pela manutenção da paz”.

Stálin morreu no auge de seu prestígio, dentro e fora da URSS. Ao longo de uma semana, 1,5 milhão de pessoas desfilaram diante de seu caixão, antes que o corpo, embalsamado, fosse depositado no mausoléu onde já estava exposto o corpo de Lênin, em um costume inusual e um pouco macabro. Então, ainda estava bem viva a memória do papel do dirigente bolchevique georgiano na vitória da URSS sobre o nazi-fascismo, e mal iniciara o obstinado trabalho de desconstrução visando a transferi-lo da galeria dos grandes heróis para a dos piores vilões da raça humana. Ao mesmo tempo, no mesmo ano de 1953, a repressão ao chamado “Complô das Batas Brancas” (por envolver um grupo de médicos) trazia de volta o clima persecutório dos expurgos da década de 1930.

Em seguida à morte de Stálin, a direção soviética viveu um período de descentralização: Nikita Krushev (1894-1971) assumiu a secretaria geral do Partido. George Malenkov (1902-1988) passou a ser o chefe de governo. E Viatcheslav Molotov (1890-1986), de volta ao Ministério das Relações Exteriores, também participava do núcleo central dirigente.



Em fevereiro de 1956 a trajetória da União Soviética sofreu uma forte guinada com o 20º Congresso do PCURSS. Uma considerável parcela dos comunistas do mundo não aceitou a nova linha e o movimento dividiu-se.

A Linha dos Três Pacíficos

Nesse primeiro Congresso após a morte de Stálin, Nikita Krushev, que se impusera aos poucos como principal dirigente do Partido, apresentou o que ele próprio caracterizou como uma nova linha para os comunistas da URSS e de todo o mundo, logo apelidada Linha dos Três Pacíficos: Coexistência pacífica entre o socialismo e o capitalismo (um conceito que Lênin também empregara, mas em sentido bem distinto); emulação pacífica entre os dois sistemas (de modo a demonstrar a superioridade do socialismo); e a transição pacífica do capitalismo ao socialismo, o mais controvertido dos três postulados, uma vez que os comunistas, embora não excluindo em tese a possibilidade de uma passagem pacífica, desde o Manifesto comunista, “declararam abertamente que seus fins só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda ordem social até aqui vigente”.

A linha de Krushev representava uma reviravolta de grandes proporções. Os comunistas, como vimos, vinham sendo combatentes incansáveis pela paz, porém havia enorme distância entre isto e fazer da paz a linha geral estruturante de toda a luta. No mesmo instante em que o 20º Congresso se reunia no Grande Palácio do Kremlin em Moscou, os vietcongues de Ho Chi Minh pegavam em armas pela libertação do Vietnã do Sul, alvo da agressão neo-colonial estadunidense, em uma epopeia que iria

marcar época; por toda a Ásia e África, fervilhavam as guerrilhas de libertação; na América Latina, em dezembro do mesmo ano, Fidel Castro e seus companheiros iniciariam a vitoriosa saga guerrilheira de Sierra Maestra.

O Relatório Secreto de Nikita Krushev

Contudo, o ponto crucial da guinada foi o informe apresentado por Krushev sob o título *Sobre o culto da personalidade e suas consequências*, mais conhecido como *Relatório Secreto* de Krushev – embora imediatamente tenha vazado para a agência de notícias britânica Reuters, e daí para as primeiras páginas de toda a imprensa. O conteúdo do *Relatório* era o ataque a Stálin, a pretexto de combate ao culto da personalidade – um vício de fato muito difundido.

O filósofo italiano Domenico Losurdo analisou o *Relatório Secreto* em seu livro *Stálin, história de uma lenda negra* (2010): “Estamos diante de uma requisitória que se propõe a liquidar Stálin sob todos os aspectos. Um indivíduo desprezível tanto no plano moral como no intelectual era o responsável por crimes horrendos”. Losurdo cita a síntese do historiador anglo-polonês Isaac Deutscher – Stálin, no informe de Krushev, é “um enorme, sombrio, caprichoso, degenerado monstro humano” – e conclui:

“Interessado que está em apontar Stálin como o único responsável por todas as catástrofes que se abateram sobre a URSS, longe de liquidar o culto da personalidade, Krushev se limita a transformá-lo num culto negativo. Continua firme a visão com base na qual in principio erat Stalin!”

O italiano aponta ainda por que o *Relatório* “contentou a quase todos”. Por um lado, ele supos-



Nikita Krushev, autor da *Linha dos Três Pacíficos* e do *Relatório Secreto*



Krushev como mau cozinheiro em caricatura mural chinesa da luta contra o revisionismo

tamente legitimava o novo grupo no poder na URSS; mas sob outro ângulo, em tempos de Guerra Fria, também fornecia satisfatória e até entusiasmante munição à cruzada antissocialista do Ocidente acaudilhado pelos EUA.

A resistência ao kruschevismo

A guinada de Nikita Krushev causou forte abalo no movimento comunista em todo o mundo. Apesar do imenso prestígio do PCUS, isto como uma espécie de “partido pai”, boa parte da militância ficou chocada, ou indignada. Do outro lado da barricada, a linha do 20º Congresso ainda em 1956 encorajou revoltas de caráter antissocialista, na Polônia e na Hungria.

Dentro da própria URSS, em junho de 1957, o Birô Político do CC destituiu Krushev da direção do Partido. Participaram aí Malenkov, Molotov, Kaganovich, Bulganin e outros veteranos dirigentes bolcheviques. Krushev, porém, fez com que a reunião fosse sitiada por tropas do exército e terminou reconduzido. O marechal George Jukov (1896-1974), herói da Grande Guerra Patriótica, dirigiu essa ação militar de duvidoso heroísmo apenas para se ver defenestrado meses depois pelo grupo krushevista.

Na verdade, a tentativa de 1957 visando a debelar a guinada krushevista que teve muito de cupulista e burocrática, não se deu conta das reais dimensões do problema. João Amazonas, à época esteve em Moscou, com uma delegação do PC do Brasil, e deixou um vivo testemunho de que, apesar dos descontentamentos que tenham causado, a classe trabalhadora e os comunistas soviéticos terminaram acatando a linha do 20º Congresso, escorados na crença de que “a direção sabe o que faz”.

Anos mais tarde, circulou na Europa um documento anunciando a refundação do PC (bolchevique) da URSS. O texto era sólido, convincente, mas nunca mais se teve notícias da organização que o assinava.

Mais consistente foi a reação em outros países, sobretudo ali onde o movimento comunista deitava raízes próprias e mais profundas. Entre os partidos no poder, os da China e da Albânia se destacaram. Mao Tse-tung, o dirigente do PCCh e da Revolução de 1949, emergiu como figura principal da contestação do kruschevismo, logo designado como “revisionismo kruschevista”.

“Linha de Pequim” versus “Linha de Moscou”

Por algum tempo, a intensa polêmica transcorreu a portas fechadas, em nome da preservação da unidade do movimento. As Reuniões de Partidos Comunistas e Operários, realizadas em Moscou em 1957 e 1960 (esta com 81 organizações presentes), redundaram em documentos de compromisso, tangenciando os pontos controversos. O embate de ideias, em artigos publicados em órgãos como o *Pravda* (soviético) e o *Renmin Ribao* (*Diário do Povo*, chinês), desancava a parte contendora sem citá-la pelo nome.

Mas logo a excepcional profundidade da cisão veio à luz do dia.

O movimento comunista originário da Revolução de 1917 superara com relativa facilidade a dissidência trotskista dos anos 1920; esta sobrevivera em pequenos grupos, mas muito dividida interiormente e estéril, incapaz de influir nos rumos da luta. Em 1948 sofrera a defecção de Iosip Broz Tito, mas ela ficara confinada à Iugoslávia, um país de porte médio dos Bálcãs (que nos anos 1990, em seguida à

Queda do Muro de Berlim, iria se esfacelar em meia dúzia de fragmentos).

Dessa vez, porém, o embate tinha as dimensões de um duelo de gigantes. De um lado, estava a União Soviética, pátria de Lênin, berço da Revolução de Outubro, pioneira da construção do socialismo no mundo, encabeçadora da vitória sobre o nazi-fascismo. De outro, a China, com população igual a um quarto da humanidade, protagonista de uma revolução não menos portentosa e também representante da ebulição revolucionária que grassava com especial ímpeto naquilo que mais tarde ficaria conhecido como Terceiro Mundo – Ásia, África, América Latina.

O embate de ideias tornou-se escancarado, e inflamado. Das proclamações, passou aos rompimentos de relações, partidárias e estatais. Em março e agosto de 1969, chegou a degenerar em escaramuças militares, na fronteira sino-soviética ao longo do Rio Amur, que desagua no Oceano Pacífico, com quase uma centena de baixas fatais de cada um dos lados. Em inúmeros países os partidos comunistas existentes sofreram divisões – a primeira delas ocorrida no Brasil, onde a partir de 1962 os PCs do Brasil e Brasileiro passaram a se confrontar em uma luta sem quartel.

A queda de Krushev, a era Brejnev

Nikita Krushev empenhou-se a fundo na “desestalinização”. Sem ele, a historiografia anticomunista não lograria jamais a proeza de transformar o discípulo de Lênin, de herói do triunfo sobre o nazi-fascismo, em vilão só comparável – e exaustivamente comparado – a Adolf Hitler.

Krushev terminou apeado da direção do PCUS, por seus próprios pares, em outubro de 1964.



Mantido em prisão domiciliar em uma *dacha* (casa de campo), sofrendo repetidas crises depressivas, ditou um livro de memórias com sua versão dos acontecimentos que protagonizara, e o fez publicar no Ocidente em 1970, três anos antes de morrer.

O sucessor de Krushev, Leonid Brejnev (1906-1982), permaneceu mais tempo à frente do PCUS, 18 anos, até sua morte. Tanto na ideologia como na política interna e externa, a fase brejneviana pode ser vista como mais comedida que sua predecessora, pois Krushev fazia uso de um estilo provocativo que chegava aos limites da bufonaria. Os ataques mais explícitos a Stálin saíram de cena. A direção do Partido e do Estado passou mesmo a flertar com uma certa reabilitação, atenta ao renitente prestígio que o alvo do *Relatório Secreto* conservava, e conserva, na memória do povo russo.

Em linhas gerais, entretanto, a era Brejnev manteve o mesmo rumo da de Krushev. Foi igualmente um período de desaceleração econômica, atestada pelo desempenho decrescente dos próprios números oficiais soviéticos sobre o crescimento do Produto Material Líquido, como mostra a tabela abaixo:

Variação média anual do Produto Material Líquido da URSS, por plano quinquenal		
Plano	Anos	Variação
Sétimo	1960-1965	6,5%
Oitavo	1965-1970	7,7%
Nono	1970-1975	5,7%
Décimo	1975-1980	4,2%
Décimo-primeiro	1980-1985	3,5%

1968: o social-imperialismo soviético

A ação internacional da URSS de Leonid Brejnev foi marcada, em agosto de 1968, pela ocupação militar da Tchecoslováquia (mais uma vítima do pós-Muro, segmentada em República Tcheca e Eslováquia, em 1992). Os tanques soviéticos puseram fim ao que a imprensa ocidental apelidou de “Primavera de Praga” – onda de reformas que poderia ser descrita como uma versão radicalizada da guinada de Krushev, ou ainda como um prenúncio da derrocada do socialismo duas décadas mais tarde. A despeito do caráter antissocialista da “Primavera”, a invasão foi duramente contestada também à esquerda. Os movimentos estudantis, em plena ebulição naquele ano rebelde, manifestaram seu repúdio. A Albânia retirou-se do Pacto de Varsóvia, em protesto. A China repudiou o que chamou de “social-imperialismo soviético” e logo a seguir passou a denunciar a dominação do mundo por “duas superpotências imperialistas”, EUA e URSS, tratando a ambas como inimigos principais da humanidade progressista.

Estas caracterizações têm muito de caricaturesco, refletindo o clima inflamado da época. O termo “social-imperialismo” fora cunhado por Lênin, em 1914, mas em contexto completamente distinto, para repudiar a ajuda dos partidos social-democratas da Segunda Internacional às “suas” burguesias imperialistas respectivas. E a equiparação do “social-imperialismo” soviético ao imperialismo estadunidense aprofundava o erro, igualando, na retórica, realidades históricas, econômicas, sociais e políticas radicalmente distintas.

Mas o fato é que a invasão da Tchecoslováquia maculou a imagem do País dos Soviotes como libertador dos povos, adquirido em 1917 e confirma-

do com acréscimos em 1944-1945. E, uma década mais tarde, já na fase final da era Brejnev (1979), outra incursão do exército soviético, no Afeganistão, teria ainda o agravante de redundar em derrota. O Exército Vermelho viu-se fustigado pela guerrilha dos mujahidins afegãos, apoiada pelos EUA e pela monarquia autocrática saudita, numa longa guerra de desgaste com efeitos políticos e militares desastrosos, como veremos adiante.

A prática é o critério da verdade

A história, como os vinhos, os queijos ou os seres humanos, tem o seu tempo de maturação. Vistas do século 21, a guinada soviética do 20º Congresso e a grande cisão no movimento comunista pós-1956 adquirem cores, nuances e contornos mais precisos que aqueles discernidos à luz chapada de duas gerações atrás.

A linha de Nikita Krushev foi, efetivamente, uma guinada à direita. Mas foi uma resposta de direita para problemas reais que vinham se acumulando desde bem antes.

Houve, de fato, uma linha de concatenação conduzindo desde Krushev até Mikhail Gorbachev e a Boris Iéltsin. E, hoje se sabe, esse caminho desembocou, ao fim e ao cabo, no fracasso e na morte da experiência socialista soviética. Caso se busque definir uma periodização acertada, o que sempre ajuda a compreender os processos históricos, o 20º Congresso aparece como um ponto de inflexão, o marco inicial de um longo, paulatino e tortuoso período de decadência e crise da experiência soviética.

Portanto, a resistência ao revisionismo kruschevista era justa, necessária, indispensável à causa do socialismo, mesmo que ao preço – que preço! – de



Leonid Brejnev: comedimento



Lênin chora a truculência dos tanques soviéticos, em cartaz tcheco de 1968

se contestar, desmascarar e combater os dirigentes do Partido de Lênin e da Primeira Pátria Socialista. A prática é o critério da verdade e a prática demonstrou que aquele caminho levou ao fracasso, à traição e por fim ao aniquilamento da experiência soviética.

Ao passo que os desobedientes e rebeldes daquela época conduzem, para ficar num só exemplo, a República Popular Socialista da China, liderada pelo Partido Comunista da China, que, apoiando-se em sua original concepção de “socialismo de marcado”, desde 1978 multiplicou por 48 (!) seu Produto Nacional Bruto medido em dólares (no bicudo ano de 2015 o crescimento do PNB desacelerou para “apenas” 6,9%) e por 34 (!!) o PNB *per capita*.

Mas é igualmente verdadeiro que essa confirmação não seguiu exatamente os caminhos que se divisava no calor e na paixão da época. Fez-se o caminho ao andar. Seria necessário um exame mais rigoroso e profundo para se chegar a noções e conceitos capazes de colocar em pratos limpos a trajetória dessas quatro décadas de decadência soviética, desastrosa e até funesta em seu resultado final, mas abigarrada e sinuosa em seu processo. Desde já, não é difícil distinguir um parentesco entre certas medidas de Krushev, que a crítica antirrevisionista apontou na época como traições inaceitáveis, e outras mais tarde adotadas por estes mesmos críticos, pois eram, sim, concessões ao capitalismo, mas talvez concessões admissíveis, legítimas, ou até obrigatórias – lembremo-nos da NEP –, na concretude de uma construção socialista que, afinal, não passa justamente de uma mediação entre o velho capitalismo que se pretende superar e a nova sociedade, o fim da pré-história da humanidade, que se almeja alcançar.

Os PCs do mundo reagiram de modo diferenciado ao grande cisma pós-1956. O do Brasil, como

vimos, reorganizou-se e defendeu a “linha de Pequim”. Mas o do Vietnã declarou-se neutro face à cisão, mantendo relações tanto com Pequim como com Moscou. O da Coreia fez opção semelhante. O de Cuba, mesmo alinhando-se no bloco da “linha de Moscou”, deu repetidas provas (por exemplo, em Angola e outros países da África) de que pensava com sua própria cabeça. E o de Portugal, ou o do Chile, ou o da África do Sul, se eram tidos como “linha de Moscou”, nem por isso permitiram que sua ação, em seus países, se curvasse aos “três pacíficos” de Krushev. Sobrevindo o colapso da URSS, eles e tantos outros reencontraram-se. O ponto do reencontro é a identidade comunista, reafirmada nas difíceis circunstâncias da era pós-soviética.

9

AGONIA E
MORTE DA
EXPERIÊNCIA
SOVIÉTICA



Leonid Brejnev morreu, no poder, em 1982. Foi sucedido por Iuri Andropov (1914-1984), que também morreu, apenas 15 meses mais tarde, e por Konstantin Chernenko (1911-1985), falecido no 12º mês de mandato. A chefia do Partido e do Estado foi então para Mikhail Gorbachev, a quem coube gerir os seis últimos anos da lenta agonia soviética, de março de 1985 a agosto de 1991. O final da era Gorbachev praticamente coincidiu com a pá de cal na experiência soviética, embora a extinção formal da URSS só tenha acontecido em dezembro daquele ano, já sob a batuta de Boris Iéltsin.

Gorbachev, a Perestroika e a Glasnost

Mikhail Gorbachev assumiu com promessas bombásticas, advogando a nova linha da Perestroika (Reestruturação), para a economia, e da Glasnost (Transparência) para a política. Escreveu um livro a respeito, *Perestroika, novas ideias para o meu país e o mundo* (publicado no Brasil pela editora Best Seller, 1987), asseverando que “talvez este seja o programa de reforma mais importante e radical que nosso país já teve desde que Lênin introduziu sua Nova Política Econômica, em 1921”.

Havia de fato radicalidade, mas era uma radicalização, extremada, da via iniciada por Nikita Krushev em 1956. A Perestroika era, em essência, um vasto programa de privatizações. Representava, agora sem as meias tintas de três décadas antes, uma linha de restauração capitalista em toda linha. O próprio livro de Gorbachev explicita essa filiação, ao elogiar o 20º Congresso krushevista como “um importante marco da nossa história” e uma grande tentativa de “girar o leme para o progresso do país, a fim de dar impulso para nos libertarmos dos aspec-

tos da vida sócio-política engendrados pelo culto da personalidade de Stálin”.

Gorbachev foi o coveiro da experiência socialista e da própria União Soviética.

Por isso mesmo o outro lado desde o início enalteceu aquele dirigente soviético que superava os mais afoitos sonhos dos inimigos do socialismo. Gorbachev foi escolhido para “homem do ano” de 1987 pela revista norte-americana *Time* e frequentou as capas dos principais veículos da mídia ocidental, sempre com um viés francamente positivo, naquilo que foi chamado “gorbymania”. Foi recebido de braços abertos pelos principais comandantes e garotos propaganda da globalização neoliberal que entrava na moda na época – o presidente estadunidense Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Reagan reservou para ele a primeira edição do “Prêmio da Liberdade Ronald Reagan”, em 1992. Enquanto a “Dama de Ferro” mimoseou-o com um esfuziante elogio: “Gosto de mister Gorbachev; podemos fazer negócios juntos”, disse ela. O mais alto galardão veio em 1990, quando Gorbachev foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, jamais concedido a um cidadão soviético exceto o físico dissidente Andrei Sakharov, em 1975, como parte da Guerra Fria.

Bem distinta era a imagem do criador da Perestroika junto aos seus compatriotas. A opinião pública soviética julgava Gorbachev pelos resultados de sua política, e estes eram desastrosos. A produção permaneceu estagnada na segunda metade dos anos 1980 – para em seguida sofrer um dramático recuo de 11% apenas no ano de 1990. A dívida externa subiu de US\$ 31 bilhões em 1985 para 70 bilhões



Mikhail Gorbachev, em capa de Enio Lins para a revista brasileira *Princípios* (1988)...



...e discordando de Marx, Lênin e Stálin em charge do caricaturista alemão Fritz Behrendt (1985)

em 1990, enquanto as reservas de ouro do país desabavam de 2.500 toneladas para 240 toneladas no mesmo período. Como se isso não bastasse, em 1986 eclodiu o desastre na usina nuclear de Chernobil, Ucrânia. Em 1989 as tropas soviéticas se retiraram do Afeganistão, derrotadas pelos mujahidins. E começaram os movimentos centrífugos na Armênia, Estônia, Letônia e Lituânia, que logo se espalharam por todas as Repúblicas Soviéticas. Do ponto de vista da qualidade de vida do povo, um dado eloquente é que a expectativa de vida da população passou a diminuir, um caso raro exceto em tempos de guerra.

Com esses resultados, Mikhail Gorbachev logo se tornou o mais impopular governante de toda a história da Rússia, em vivo contraste com as honrarias que recebia no mundo ocidental. Na ausência de pesquisas de opinião, pode-se usar como termômetro a única vez em que ele concorreu a um cargo eletivo pelo voto direto, ao se candidatar a presidente da Federação Russa, já em 1996: obteve 386 mil votos, 0,5% do total, talvez a mais baixa percentagem entre todos os ex-governantes do planeta já testados nas urnas.

A queda do Muro de Berlim

Os fatores que corroíam a experiência socialista soviética agiam com força e rapidez ainda maiores nos países do Leste Europeu. Ali o socialismo chegara bem mais tarde, graças ao cenário criado pela derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, e tinha raízes mais débeis.

Após a Polônia e a Hungria, a Tchecoslováquia (logo dividida em República Tcheca e Eslováquia), a Bulgária, a Romênia, a Alemanha Oriental (em seguida anexada à Alemanha Ocidental) e, por fim, a

Albânia viveram movimentos de massas de contestação do socialismo. Os regimes de Democracia Popular, socializantes, foram caindo um a um, em uma espécie de “teoria do dominó às avessas”. Processos ora mais e ora menos caóticos, atabalhoados e manipulados por máfias locais, em pouco tempo completaram a restauração capitalista. Avassaladores, não enfrentaram resistências de maior monta, com exceção da Romênia, onde ocorreram escaramuças armadas, culminando com a execução de Nicolau Ceaucescu e sua mulher Helena.

O episódio-ícone dessa onda restauradora foi a Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989. Construído na época de Krushev (1961), ele havia se tornado o símbolo de uma era e sua derrubada foi vista como o marco da vitória dos Estados Unidos e do Ocidente na Guerra Fria.

Mikhail Gorbachev acompanhou o desmanche do ex-campo socialista do Leste Europeu com uma passividade complacente. Não queria desapontar seus bons amigos do Ocidente, Ronald Reagan-George Bush, Margaret Thatcher e companhia. Um mês após a derrubada do Muro, num encontro em Malta, ele e Bush anunciam com solenidade pomposa o fim da Guerra Fria. Para a União Soviética, foi um anúncio de rendição. Para a superpotência estadunidense, o triunfo da “Nova Ordem Mundial” – conceito programático cunhado por Reagan para descrever um mundo pós-soviético, gerenciado a partir de Washington e finalmente livre do fantasma do comunismo.

A URSS agoniza

Na União Soviética o desmoronamento foi um pouco mais demorado. E mais conflituoso.



Boris Iéltsin discursa sobre tanque de guerra na crise de agosto de 1991

A Lituânia – a mais ocidental das Repúblicas Soviéticas – foi a primeira a separar-se da URSS, em março de 1990. Seguiram-se a Estônia, a Letônia, a Armênia e assim por diante. A onda de nacionalismos e localismos, com fundas raízes na história, iria reverberar para além do século 20, desdobrando-se em confrontos, crises, desagregações e secessões no interior da Geórgia (2005, 2008), Armênia (1993), Ucrânia (2014) e dentro da própria Rússia, com o conflito na Chechênia (1991-1997 e 1999-2004).

Ao mesmo tempo, o fracasso da política de privatizações da Perestroika de Gorbachev, sobretudo na sua fase final, provocou uma brusca piora das condições de vida da população. A escassez de um sem-número de produtos essenciais provocava intermináveis filas nas lojas. A inflação explodiu. E essa degradação despertou em amplos setores da sociedade soviética uma ânsia difusa por mudança, renovação, espertamente aproveitada e direcionada pelos adeptos da restauração capitalista assumida e cabal.

Gorbachev não defendia uma extinção formal da União Soviética. E, ainda em 17 de março de 1991, num referendo realizado em nove das 15 Repúblicas Soviéticas (as outras seis já tinham rompido com a URSS, e se recusaram a participar da consulta às urnas), 76% dos eleitores se pronunciaram pela preservação da URSS. Porém a política gorbacheviana impelia a crise no sentido do desmoronamento. E a diplomacia estadunidense já punha os olhos gulosos nas possibilidades de expansão de sua área de influência para os territórios desagregados.

O “Golpe de Agosto”

Em 19 de agosto de 1991, uma parte dos dirigentes soviéticos formou um Comitê Estatal para o

Estado de Emergência e anunciou que Mikhail Gorbachev, por motivos de saúde, deixara o poder e fora substituído por seu vice, Gennady Yanaiev (1937-2010). Era uma tentativa, desesperada, de deter o processo de desagregação. Porém era uma tentativa que padecia do mesmo vício cupulista-burocrático da fugaz deposição de Krushev em junho de 1957: distante das ruas e das massas trabalhadoras, tentava reverter “por cima” um processo degenerativo que àquela altura contaminara o conjunto do Partido e do Estado soviéticos.

O “Golpe de Agosto”, como a imprensa ocidental não tardou em apelidar, foi esmagado em três dias. Gorbachev, em férias na Crimeia durante a crise, voltou a Moscou. Mas os engenheiros da implosão da URSS já não viam um papel para o homem da Perestroika. Na nova fase, queriam alguém mais resoluto, mais assumidamente hostil ao socialismo e ao comunismo... e menos impopular.

Esse personagem foi encarnado por Boris Iéltsin (1931-2007). Em junho, Iéltsin se elegera presidente da República Soviética da Rússia. E em julho abandonara do PCUS (após três décadas como filiado), em pleno 28º Congresso do Partido. Quando irrompeu a crise de agosto, foi Iéltsin que se pôs à frente da resistência aos “golpistas” e forneceu a foto-ícone do evento, onde aparece discursando em cima de um tanque de guerra (tal como, quem diria!, Lênin no célebre carro blindado em 1917).

A dissolução da URSS

Assim que retornou a Moscou, Gorbachev renunciou ao posto de secretário-geral do PCUS. Dias mais tarde, Iéltsin – suprema infâmia! – proibiu as atividades do Partido de Lênin em todo o

território russo e mandou fechar sua sede na Praça Staraya. Enquanto isso, as Repúblicas Soviéticas remanescentes debandaram de vez da URSS. Em 8 de dezembro, no Pacto de Belajeva, Iéltsin e os presidentes da Ucrânia e de Belarus declararam que a União Soviética deixaria de existir. Na noite de Natal do mesmo ano, Gorbachev, em discurso na televisão, anunciou oficialmente que estava formalmente extinta a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Gorbachev, seguindo os passos dos ex-presidentes norte-americanos, criou uma fundação que leva seu nome e passou a viver de palestras no exterior. Também apareceu em um anúncio da Pizza Hut na TV estadunidense, em 1997. Quanto ao prestígio em seu próprio país, o desempenho eleitoral em 1996 é um testemunho eloquente.

Os países desagregados da ex-URSS prosseguiram nos anos 1990 a sua trajetória descendente: o PIB somado de todos, em 1999, foi 42% menor que o da União Soviética dez anos antes. No *ranking* mundial dos PIBs, a Rússia ocupava em 2015 a 12ª colocação, atrás do Brasil, Canadá e Coreia do Sul.

Nem tudo são trevas

Ao contrário do que previu o filósofo conservador nipo-americano Francis Fukuyama, no título de um badalado livro de 1992, o ocaso da primeira experiência socialista não representou “o fim da história”, mas o início de um novo capítulo.

A proibição do PC decretada por Iéltsin teve vida curta e o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), fundado em 1993 como herdeiro histórico do PCUS, desde então aparece como o segundo maior do país, contestando o Rússia Unida, partido

do presidente Vladimir Putin. O Programa do PCFR aprovado em 2008 coloca como objetivo estratégico construir na Rússia “um socialismo renovado, o socialismo do século 21”. Seu dirigente, Guennadi Ziuganov, é um entusiasta do legado do chinês Deng Xiaoping e em recente visita a Pequim declarou que, “se tivéssemos aprendido mais cedo com a exitosa experiência dos chineses, a União Soviética não teria sido dissolvida”.

A título de epitáfio

Uma geração mais tarde, o colapso da União Soviética pode ser enxergado hoje com contornos históricos mais precisos. Revisitá-lo é uma experiência talvez dolorosa, para quem prossegue um século mais tarde a caminhada dos insurretos de 1917, mas sempre instrutiva e necessária.

A URSS não morreu em virtude de um ataque nuclear estadunidense, uma reedição ampliada da bomba de Hiroshima, como se temia no decorrer da Guerra Fria. Nem sucumbiu face a uma invasão de tropas estrangeiras, como foi tentado durante a Guerra Civil de 1918 e, com redobrado furor, durante a invasão nazi-fascista de 1941. Sem menosprezar o papel do cerco hostil capitalista, diplomático, econômico, ideológico e militar, que muitos não sem razão equiparam a uma “Terceira Guerra Mundial”, é fato que a experiência soviética se findou em razão de causas internas. Numa palavra, ela foi vítima dos seus próprios erros, insuficiências e limitações.

Também provoca reflexão e, cabe agregar, amargura, constatar que foi um final melancólico para uma experiência que prometera um mundo novo e despertara imensas esperanças nas massas trabalhadoras do mundo.



Bandeiras do PC da Federação Russa no centro de Moscou em 2014

Mais de um século antes, em 1871, a Comuna de Paris também sucumbira, afogada em sangue durante a “Semana Sangrenta”, após apenas 72 dias de existência enquanto primeiro ensaio de poder político dos trabalhadores, voltado para a construção da sociedade socialista. No entanto, os comunardos morreram lutando. E por isso, no caso da Comuna, ainda não se dissipara a fumaceira dos últimos combates no Cemitério de Père-Lachaise e todo o mundo do trabalho honrava como heróis os trabalhadores de Paris que, nas palavras de Karl Marx, haviam “ousado tomar o céu de assalto”. Findava o episódio, nascia a lenda.

Ora, a experiência soviética contou não 72 dias, mas 74 anos. Venceu inimigos muitas vezes maiores e piores, realizou prodígios, marcou, na leitura arguta do historiador inglês Eric Hobsbawm, o início e o fim do século 20, despertou na humanidade o sonho inimaginável de um mundo sem explo-

rados ou exploradores, nem guerras ou fronteiras. E eis que se deixou matar sem maior resistência, sem o sadio estrebuchar que se haveria de esperar, em uma morte acabrunhada perto de sua pujança em vida.

Influi aqui a trajetória concreta que essa experiência percorreu. Nos 74 anos entre a Revolução de 1917 e a dissolução de 1991, pode-se distinguir dois períodos: de 1917 ao 20º Congresso, de 1956, são 38 anos, onde, a grosso modo e, portanto, simplificada-mente, predominaram os êxitos e vitórias, mas também germinaram as sementes do período seguinte, 36 anos de crise e recuos, em princípio lentos e disfarçados, mas no final galopantes e abertos. Os protagonistas de 1991 pensaram e agiram à luz do que vinham de viver, a fase derradeira e crítica. Já o observador do século 21 tem o privilégio de poder enxergar o percurso inteiro, e aprender, com os erros e os acertos, pois, como disse o poeta brasileiro, “o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”.

10

O SOCIALISMO PÓS-SOVIÉTICO VAI BEM, OBRIGADO



Tal e qual ao fim da Comuna, mas em escala incomparavelmente maior, o mundo pensante burguês apresentou o colapso da União Soviética como a morte do socialismo. Enfim, antes tarde do que nunca – proclamou-se com estardalhaço –, a humanidade estava livre, para os séculos dos séculos, daquela louca tentativa de superar a exploração do homem pelo homem, o mercado e suas crises, em uma sociedade de trabalhadores livres e fraternos.

Foi de fato uma vitória de proporções históricas do capitalismo como sistema social, e em especial do capitalismo estadunidense, ponta de lança do bloco ocidental triunfante na Guerra Fria. Não só a URSS deixou de existir, todas as experiências socialistas do Leste Europeu que acompanhavam a liderança soviética pereceram também, antes mesmo da potência líder. Um pouco mais tarde, sucumbiram igualmente as variantes europeias orientais dissidentes de Moscou – “pela direita”, com a desintegração da Iugoslávia do socialismo autogestionário, e, “pela esquerda”, com a derrocada do socialismo albanês.

A hecatombe, porém, circunscreveu-se ao cenário europeu. Na Ásia, como na América Latina, o socialismo pós-soviético vai muito bem, obrigado.

Nenhuma das experiências socialistas não europeias feneceu. Todas sofreram – cada uma ao seu modo – os impactos do desmoronamento soviético. Mas todas deram a volta por cima, tirando lições da rota da URSS para melhor prosseguirem em suas trajetórias próprias.

A China e seu pujante Socialismo de Mercado

Entre esses países, destaca-se a República Popular da China, não só pelas dimensões colossais da

nação mais populosa do mundo, mas principalmente pelo seu impressionante sucesso. Não sem percalços e ziguezagues. O caminho chinês para o socialismo foi sendo construído por tentativa e erro, a partir da tomada do poder em 1949 e, mesmo antes disso, nas zonas libertadas pela guerrilha. Alguns intentos tiveram resultados bastante duvidosos, como o “Grande Salto Adiante” (1958-1960), e outros foram francamente desastrosos, como a “Grande Revolução Cultural” (1966-1969). E foi a partir das reformas de 1978 que o “socialismo com características chinesas” encontrou seu caminho.

O artífice dessa linha foi Deng Xiaoping [1904-1997]. Filiado ao PC da China em 1923, quando estudava na França, e a seguir na URSS, companheiro de Mao na Longa Marcha (1934-1935), Deng foi um dos quadros mais criticados na “Revolução Cultural”, expurgado da direção e enviado ao campo como simples operário. Beneficiou-se, porém, da aversão da Revolução Chinesa – ao contrário da Soviética, ou da Francesa – a “devorar os seus filhos”. Reabilitado na fase final da era Mao, ele marcou a fundo o último quartel do século passado na China.

As reformas de Deng têm sido descritas como capitalistas, e seu autor nunca ocultou que elas continham concessões ao capitalismo. No fundo, elas retomaram, em maior escala e numa perspectiva de longo prazo, a linha da NEP de Lênin, num esforço para erguer as bases do socialismo na China extremamente pobre e atrasada. Seu teor de inovação começou pelo nome, Socialismo de Mercado, que faz com que muitos torçam o nariz, em nome do marxismo-leninismo, embora o próprio Stálin, em seu último escrito afirmou:

“Planejamento e forças de mercado” – disse Deng – “não são a diferença essencial entre socia-



Estátua de Enver Rodja derrubada na Albânia pós-socialista

lismo e capitalismo. Economia planificada não é uma definição de socialismo, pois há planejamento igualmente no capitalismo; a economia de mercado atua também no socialismo. Planejamento e forças de mercado representam, ambos, instrumentos de controle da atividade econômica”.

Por quer os povos fazem revoluções

Um postulado que à primeira vista pode parecer um tanto acaciano, mas que encerra uma importante verdade, aponta que os povos fazem revoluções para viverem melhor. Sob este ponto de vista, a Revolução Chinesa se sobressai. Talvez nenhum outro povo tenha melhorado tanto de vida quanto os chineses a partir de 1978.

Na sequência das reformas, a China viveu um crescimento sem precedentes do seu Produto Interno Bruto (PIB). Conforme o critério hoje mais adotado de comparação dos PIBs, o da Paridade de Poder de Compra (PPP), a China a partir de 2014 suplantou o dos EUA como maior economia do planeta, segundo os testemunhos insuspeitos do Fundo Monetário Internacional e, mais ainda, da CIA. O fato, piedosamente abafado pela mídia ocidental, deu uma resposta eloquente a todos que, com base na fase final e decadente da experiência soviética, tentam associar capitalismo a pujança econômica e socialismo a atraso e pobreza.

As inovações de Deng não se confinaram à economia. Coube a ele a iniciativa de conduzir sua própria sucessão, em vida (1992), quebrando o costume que dava uma espécie de caráter vitalício à direção dos PCs (depois dele, uma regra não escrita estabeleceu um teto de dois mandatos de cinco anos para o cargo de presidente do PCCh).

Em sua fase final à frente do Partido e do Estado, Deng Xiaoping enfrentou os ecos da derrocada soviética, que na China assumiram a forma dos Protestos da Praça da Paz Celestial (Tiananmen), de abril a junho de 1989. Cerca de quatro mil estudantes ocuparam a Praça, com diferentes reivindicações, onde aos poucos foi aflorando a tentativa de levar a China a um desfecho semelhante aos do Leste Europeu. “Todo o mundo imperialista ocidental planeja fazer todos os países socialistas descartarem a via socialista e então colocá-los sob o monopólio de capital internacional e na via capitalista”, comentou Deng na ocasião.

Em 4 de junho, o exército forçou a desocupação da Tiananmen, ao custo de entre 400 e 800 mortes, segundo o The New York Times. O episódio não teve sequência. Embora a China seja uma sociedade complexa, comportando diferentes nacionalidades e conflitos – inclusive entre o capital e o trabalho, com greves e manifestações –, é notório o lastro de apoio popular ao regime, estribado no rápido desenvolvimento, no patriotismo chinês e na liderança do PCCh.

Vietnã e Laos, “tigres vermelhos”

Após expulsar os últimos soldados estadunidenses e reunificar-se, em 1975, o Vietnã desde 1986 enveredou por uma linha de reformas que lembra a chinesa, batizada Renovação (Doi Moi). E o resultado, guardadas as proporções, espelhou-se no da China. O país de 90 milhões de habitantes (pouco mais que o Egito, a Alemanha ou a França), em um território igual ao do Maranhão, multiplicou por nove o seu PIB (PPP) nas duas décadas entre 1985 e 2016, tornou-se exportador de petróleo e um pólo turístico emergente, visitado anualmente por mais de 8 milhões de estrangeiros, sobretudo da China e Coreia.



Retrato de Mao Tse-tung pelo pintor Zhang Zhenshi, no centro da Praça da Paz Celestial desde 1951

Deng Xiaoping, inventor do Socialismo de Mercado, em caricatura do brasileiro Cássio Loredano





O mapa interativo no site do FMI mostra que o PIB da China já ultrapassou o dos EUA



Vista aérea de Pyongyang, capital da Coreia do Norte

O Laos, com população e área um pouco menores que as de Goiás, seguiu trajetória semelhante à do vizinho Vietnã. Juntos sofreram a dominação colonial francesa e a ocupação militar norte-americana, libertaram-se em 1975 e seguiram pela via da construção socialista, colaborando estreitamente entre si.

O Vietnã e o Laos ainda pagam um duro tributo por causa da agressão militar dos EUA: 39 mil vietnamitas foram mortos e 66 mil mutilados ou feridos por minas deixadas pelos agressores; no Laos, há quase duas gerações depois do fim do conflito, o número de mortos e mutilados ainda chega a 50 por ano. Mesmo assim, impuseram-se como países de rápido desenvolvimento. Se no fim do século passado a Ásia capitalista notabilizou os “tigres asiáticos”, no século 21 os dois países se projetam como “tigres vermelhos” de pujante desenvolvimento.

Coreia do Norte, caricatura e realidade

A mídia ocidental insiste em pintar uma imagem caricata da República Popular Democrática da Coreia. Descreve-a como um país esfaimado e fanático, à mercê de uma dinastia de tiranos comunistas sedentos de sangue.

A caricatura pouco ajuda a compreender a realidade da parte socialista da Península Coreana, dividida ao meio, no paralelo 38 N, desde o armistício que interrompeu, mas não encerrou, a guerra de 1950-1953. Até hoje o estado de guerra perdura. O Pentágono mantém 763 mísseis nucleares na parte sul da Península. Mas esbraveja quando o Norte, em legítima defesa, reage desenvolvendo também o seu programa, defensivo, de armamento nuclear. E este mesmo programa, com suas ogivas e seus mísseis,

demonstra um país com respeitável desenvolvimento tecnológico e militar, além de uma arraigada decisão de jamais aceitar uma volta ao jugo colonial que sofreu, por parte do Japão, entre 1910 e 1945.

O estado de beligerância, sob a mira da maior potência militar de todos os tempos, é um pesado ônus para a Coreia do Norte. Deve-se a ele, em grande parte, a relativa timidez de Pyongyang em avançar mais depressa no desenvolvimento da “sua NEP”. Mesmo assim há avanços, e o país pode ingressar em um ciclo de prosperidade, sobretudo à medida que se desatranquem as relações Norte-Sul.

Janela de oportunidade para Cuba

A Ilha de Fidel Castro viveu um momento dramático durante o chamado período especial, quando o colapso da União Soviética interrompeu bruscamente a ajuda, da ordem de US\$ 5 bilhões anuais, antes oferecida a Havana. Até 1993, o comércio externo cubano reduziu-se a um quinto do que fora antes da crise, e as importações de petróleo a um décimo. Alastrou-se a escassez de alimentos, obrigando-a a um severo racionamento para impedir a fome. Até o fim do século, o nível de vida das pessoas permaneceu abaixo do padrão de 1989. Só pode ser qualificada de heroica a decisão com que o Partido Comunista e o povo de Cuba enfrentaram o desafio.

Paradoxalmente, porém, o colapso da URSS obrigou a Ilha a romper o círculo vicioso que a condenava, desde os tempos coloniais, à monocultura da cana de açúcar. E, também, a lançar reformas econômicas que tornassem o socialismo cubano mais realista e dinâmico. As transformações, iniciadas ainda sob a liderança de Fidel, ganharam impulso no período de Raúl Castro – a partir de 2006.



Os presidentes Barack Obama, dos EUA, e Raúl Castro, de Cuba, celebram o reatamento das relações entre os dois países

Outdoor gigante na Ilha de Fidel Castro



Com o novo milênio, um novo modelo de desenvolvimento passou a se delinear: no lugar da monocultura açucareira, turismo e economia do conhecimento. A Ilha, com 11 milhões de habitantes (população e área um pouco maiores que as de Pernambuco), passou a receber mais turistas estrangeiros/ano que o Brasil inteiro. E as decantadas conquistas da Revolução em saúde e educação converteram-se em ativos econômicos, com a exportação de medicamentos, de médicos, de educadores e programas educacionais. Dos 75 mil médicos cubanos, 15 mil atuam em outros países, inclusive no Brasil do Mais Médicos, gerando consideráveis divisas para seu país.

Em dezembro de 2014, Cuba e os EUA anunciaram o reatamento de relações diplomáticas e o início de um processo que fatalmente redundará no fim de meio século de bloqueio imposto por Washington na tentativa de sufocar a revolução. A iniciativa, que contou com a mediação do papa Francisco, teve importância histórica para Cuba e a América Latina como um todo. Representou tanto uma confissão de fracasso da política estadunidense do bloqueio como, por ironia, uma janela de oportunidade para o socialismo cubano; ali, onde alguns enxergaram o perigo de uma hipotética contaminação capitalista, a pátria de Martí e Fidel conquistou melhores condições para desenvolver o projeto iniciado com o desembarque do Granma e a guerrilha da Sierra Maestra.

Durante muitas décadas Cuba permaneceu como a única experiência socialista no Ocidente, uma pequena ilha vermelha a desafiar todo um hemisfério que se tornara sinônimo de capitalismo. Nos primeiros passos do século 21 esse cenário começou a mudar. A América Latina passou a incli-

nar-se para a esquerda, aproveitando-se da brecha presidencialista e elegendo sucessivos presidentes à esquerda. Os mais radicalizados desses processos avançaram a ponto de se assumirem enquanto projetos socialistas – foi o que ocorreu primeiro na Venezuela de Hugo Chávez, a seguir na Bolívia de Evo Morales e no Equador de Rafael Correa. O ponto que os diferencia mais nitidamente da linhagem iniciada com a experiência soviética é que eles não têm os Partidos Comunistas no comando. E os episódios mais recentes submetem toda a guinada esquerdistante latino-americana a uma dura prova. Mesmo assim, os brotos do “socialismo do século 21” recém-germinados no Novo Mundo são novas evidências de que – ao contrário do que asseverara o mundo pensante burguês – o socialismo vive.

“A prova do pudim é comer o pudim”

As experiências socialistas que chegam ao nosso século são diferenciadas, cada qual com seus traços, suas identidades e qualidades e defeitos próprios. A China, por exemplo, foi mais ambiciosa em seu projeto de reformas, seguindo-se o Vietnã, o Laos, mais tarde Cuba, e por fim a mais contida Coreia do Norte. Mas a diversidade aqui é uma prova de vitalidade, pois uma das vantagens do socialismo pós-soviético é justamente ter quebrado o tabu de um modelo socialista único a ser reproduzido no mundo inteiro.

Isto, por si, não preenche o vazio causado pela derrota soviética. Enquanto existiu, a República Socialista dos Sovietes despertou uma tamanha avalanche de esperanças, entre outras coisas, por aparecer como demonstração viva da necessidade do socialismo, sistema destinado a superar os antago-

nismos que o desenvolvimento do próprio capitalismo acarretava,

Quatro séculos antes, o filósofo inglês Francis Bacon afirmara que “a prova do pudim é comer o pudim”. Nas pegadas de Bacon, os socialistas marxistas proclamavam que “a prática é o critério da verdade”. Pois bem, a URSS funcionava como o pudim devorado, a demonstração de que a humanidade seguia para o socialismo, para alguns quase em marcha batida e retilínea, já que “a roda da história não gira para trás”.

Pois bem, desmentindo essa crença, a roda da história girou sim para trás, foi-se o pudim soviético e com ele a demonstração que parecia tão sedutora e convincente. As experiências socialistas que passaram no duro teste da Queda do Muro já não têm o mesmo glamour da iniciada em 1917, em parte porque se veem constrangidas a fazer reformas que contêm concessões capitalizantes, mas principalmente porque sempre pesará sobre elas a suspeita de que podem ter o mesmo triste fim da URSS, e de fato não se pode excluir de antemão essa hipótese.

Então... Então, a prova do pudim continuará a ser comer o pudim: resistir ao capitalismo, quebrar sua cadeia de domínio a partir dos elos mais fracos, construir a nova sociedade a partir do rescaldo das ruínas da antiga, sem rechaçar liminarmente o recurso às concessões, mas selecionando entre estas apenas aquelas que fazem avançar, exercitando-se na difícil arte da transição, transição que é o outro nome do socialismo.

No fundo, foi isso o que fizeram, já lá vai um século, Lênin e seus camaradas bolcheviques, quando dispararam os canhões do Aurora e tomaram o Palácio de Inverno dos Czares. E a maior demonstração da necessidade do socialismo não se encontra nos méritos desta ou daquela experiência socialista, por imensos e preciosos que eles sejam, mas em primeiro lugar no fato de que o capitalismo continua a produzir, a cada dia, os seus próprios coveiros. É essencialmente por isso que, ao fim e ao cabo, a roda da história seguirá adiante e a causa de 1917 há de triunfar.



***Bernardo Joffily** é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, autor do *Atlas Histórico: Brasil 500 anos* e colaborador da revista *Princípios*, onde o texto deste livro foi publicado originalmente, em 10 capítulos, nas edições de janeiro/2015 a outubro/2016.





“O livro de Bernardo Joffily se enquadra perfeitamente dentro de uma perspectiva que poderia ser resumida na fórmula ‘defender o legado da Revolução Russa e seu papel progressista na história moderna’. O autor apresenta a trajetória da revolução desde os seus primórdios e trata do papel central nela desempenhado pelos bolcheviques. Apresenta as conquistas alcançadas pelo povo soviético, e também as consequências daquele movimento para os povos de todo o mundo. O balanço geral apresentado é fundamentalmente positivo, mas não tergiversa sobre os erros cometidos e as dificuldades encontradas. Apesar de ser panorâmica e didática, a obra não perde a qualidade nem reduz a complexidade daquele processo. Assim, torna-se algo útil às jovens gerações de combatentes sociais que desejam conhecer mais e melhor sobre os acontecimentos ocorridos cem anos atrás na Rússia e as suas consequências para o século XX”. AUGUSTO BUONICORE, historiador

ISBN 978-85-7277-176-4



Fundação
Maurício
Grabois

